

# O E N S I N O D O L . A . T . I . M

ORLANDO FONSECA

Ao DR. FRANCISCO AZZI,  
espírito e coração de humanista.

O latim, como tudo neste mundo, tem tido suas alternativas de grandeza e miséria. Levado com o gládio romano a todos os povos conquistados, transformou-se, com o decorrer dos séculos, nos mais sonóros idiomas hoje falados. Não se esqueceram os povos que dele aprenderam a idéia e a fôrma, de que nele se achava a fonte perene onde iriam saciar sua sêde de ciência e de beleza.

Roma já havia decaído de seu esplendor, mas o latim ainda florescia na linguagem sensível e espiritual de S. JERÓNIMO, no estilo colorido e gracioso de SANTO AGOSTINHO; no lirismo, ao mesmo tempo simples e profundo de SANTO AMBRÓSIO.

No "*Trivium e Quadrivium*", é êle o sol que ilumina a seara das artes liberais. Na idade média, não obstante certa corrente contra a leitura dos escritores pagãos — S. JERÓNIMO sonhára que era repreendido por ser mais ciceroniano que cristão — a alma clássica ainda vivificava todos os corpos.

O humanismo veio reverdecer a árvore do classicismo, prègando um novo ideal de cultura; mais ou menos o que Cícero sintetisára na palavra "humanistas". A torrente desencadeada por PETRARCA, que chamava CÍCERO de pai e VIRGÍLIO de irmão; por LOURENÇO VALLA, o autor dos "*Elegantiarum linguae latinae*"; e outros, espalhou-se pela Europa, vencendo com sua fôrça irresistível todos os obstáculos.

ERASMO, SCALIGER, BUDÉ, BENTLEY e tantos mais trazem sua contribuição para a restauração dos estudos clássicos. E o domínio da filologia clássica veio se estendendo cada vez mais até aos tempos modernos.

"*Cicèron et Virgile, diz MAROUZEAU, c'est encore notre Moyen-Age, et notre humanisme, c'est la Renaissance, et notre littérature classique, et celle de nos voisins, et un peu aussi celle du monde moderne*".

Assim o pensam, assim o dizem todos os que, mergulhando no oceano sem fim dos estudos clássicos, bem compreenderam seu valor, sua necessidade.

Que importa que algumas vozes se hajam levantado contra as humanidades?

Nunca houve, nunca haverá nem doutrinas religiosas, nem doutrinas científicas, nem doutrinas sociais que não encontrem opositores. E mesmo essa luta foi um bem, pois evidenciou a imortalidade da cultura clássica. Como Cristo, ela ressurgiu mais brilhante, mais bela, mais pura.

Quando se deu a "crise" do latim em França, mil inteligências se levantaram contra as chamadas humanidades novas. E venceram a batalha. A reação nos Estados Unidos foi admirável. É bastante ler-se alguns desses livros notáveis da coleção "Our debt to Greece and Rome", nos quais os escritores gregos e romanos são estudados com carinho e amor, para se ver que a elite intelectual desse povo não forma na linha dos que combatem os estudos clássicos. Ouçamos um deles:

*"But the Latin classics are in the direct line of our own ancestry. Rome is our mother. Latin our second mother-tongue. Not only is the civilization of Europe and America based on Roman foundations; not only have our machinery of government, our municipal institutions, our jurisprudence and our theology, their roots in Rome; but the language which we use daily as the instrument of thought and the vehicle of expression has been moulded by Latin influence".*

Falando de VIRGÍLIO, HORÁCIO, CÍCERO e LÍVIO, assim se exprime:

*"Theirs writings are of an excellence unsurpassed and in some respects unqualed by anything that we have to set beside them whether from the product of our own day or from that of intervening centuries; they present to us at once a standard, a model, a stimulus for our own highest efforts; and they embody ideals which are as living, and as fertile now as they were two thousand years ago". (1)*

Não é um latino que fala; não é uma voz isolada. Nem é necessário citar a Alemanha, a Inglaterra, a Itália e outros países civilizados em que esses estudos ocupam o primeiro plano.

(1) MACKAIL — Virgil and his meaning to the world of today.

Mesmo aquí no Brasil, onde as idéias chegam com um século de atrazo, é raro o caso de um "humanista novo" que, em linguagem pouco elegante, vem anunciar que devemos expurgar nossos programas de... "latinórios inúteis" (*sic*).

Graças a Deus, para o bem da nossa formação mental e moral, são vozes isoladas a que ninguém presta ouvidos.

Mas, dir-se-á talvez, que utilidade nos tem trazido o estudo das línguas clássicas?

Eis uma questão que só revela ignorância da parte de quem a propõe.

Pois não é o latim a base do perfeito conhecimento e uso do nosso idioma? Não são as instituições romanas, e, principalmente, as jurídicas, o espelho das nossas? Não é a arte aprimorada de um TÁCITO, um CÍCERO, um VIRGÍLIO, um HORÁCIO a escola em que têm ido aprender os nossos melhores historiadores, oradores e poetas? Não é o nosso direito, não é a instituição da família, não são os princípios reguladores das obrigações, das causas, das sucessões um reflexo do direito e organização social romanos?

Essa opinião contra a utilidade dos estudos clássicos é uma heresia que não necessita adversários. Cái por si mesma.

Argumenta-se ainda com a pouca eficiência do estudo do latim entre nós.

Em primeiro lugar, é um erro. Abra-se qualquer compêndio de história da nossa literatura e ver-se-á que as mais brilhantes estrelas do céu das letras devem o seu fulgor ao estudo dos modelos latinos.

Em seguida, que culpa tem o latim de uma falsa compreensão da sua finalidade em nossas escolas?

Com honrosas exceções, ensina-se o aluno a fazer exame de latim, não se lhe ensina o latim. Traduções, regras de gramática, eis tudo. É natural a aversão que manifestam os alunos por uma lição assim árida e destituida de interêsse.

Mas a explicação latina não consiste somente em averigüações de casos, tempos de verbo, natureza de complementos, etc. São cousas necessárias, direi mesmo, indispensáveis; mas não são tudo. A leitura de um texto deve ser acompanhada de uma perfeita explicação filológica, tomada esta expressão em seu sentido mais geral.

Ela deve mostrar a logicidade da língua, desenvolvendo, assim, a faculdade de raciocinar; deve salientar seu valor estético, infundindo no espírito do aluno o sentimento da harmonia e da beleza; deve fazer conhecer o autor, a obra, o momento histórico, as personagens, reais ou imaginárias, os nomes mitológicos; en-

fim, tudo o que contribue para despertar o interêsse e com êle a atenção do aluno.

O latim perderá o caráter de língua morta, para se erguer vivo diante do estudante.

Foi o que compreenderam logo os povos mestres em formação cultural, abandonando as enfadonhas gramáticas do tipo tradicional, com seus batalhões de casos, de fórmulas verbais, de regras e exceções, meras abstrações na ausência de um texto, substituindo-as por métodos "alegres" (2), sem "lagrimas" (3); por edições iluminadas por comentários filológicos e lingüísticos (3), que nos fazem ver tudo o que há de interessante sôbre o autor e a obra.

Isto não quer dizer que a gramática deve ser abolida, mas, que ela é uma obra de consulta, não um instrumento pedagógico; um meio, não um fim.

O fim é a língua; e essa só podemos aprender e apreciar pela constante leitura dos bons autores.

Fazer da gramática um conjunto de regras rígidas e imutáveis é desconhecer que a língua é um ser vivo, que evolue, que se transforma com o espírito dos tempos.

Que diriam os alunos, que só conhecem as regras tiradas de CÍCERO ou CESAR, ao se encontrarem com PLAUTO ou SANTO AGOSTINHO? Certamente que não sabiam latim.

ERRO. O latim dêesses escritores é tão correto como o de CÍCERO ou CESAR, porque é o que se falava e escrevia na época em que viveram. A sua linguagem não é melhor nem peor do que a ciceroniana ou cesariana, assim como o português que usamos hoje não é mais ou menos correto que o de CAMÕES ou Frei LUIZ DE SOUSA.

A língua se modificou; eis tudo.

Modifiquemos nossos métodos de ensino, de acôrdo com a lição, plena de frutos, dos povos cultos e veremos desaparecer a antipatia que se vai apoderando do espírito da mocidade, em relação ao latim.

---

O que se segue é a reprodução de um dos planos de lição que organizei para uso de alunos meus.

(2) PAGOT — *Le Latin par la joie.*

(3) REINACH — *Le Latin sans pleurs.*

(4) Vejam-se as edições de HATIER: *Auteurs latins d'après la Méthode historique*; de HACHETTE: *Editions Savantes*; de COLIN: *Classiques Latins*; de CHIANTORE: *Classici Latini*; de WEIDMANN, etc.

Certamente, não contém muitas explanações, ou espontâneas ou sugeridas pelas perguntas dos alunos: mas dá uma idéia do que pôde ser a explicação de um texto.

### UM PARALELO DE SALLUSTIO (5)

C. SALLUSTIO CRISPO nasceu em Amiterno, hoje San Vittorino, no ano 86 A. C., de família plebéia, mas rica, pelo que teve boa educação.

Viveu em um período tempestuoso, sendo espectador da terrível luta entre SYLLA e POMPEU, bem como da conjuração de CATTILINA.

Seu ideal foi, desde a mocidade, a literatura. Os prazeres de Roma o atraíram, fazendo que abandonasse os estudos. Fruto da época.

Libertando-se dos grilhões do *otium*, nem porisso tornou-se livre, pois a política, a deusa a que todos prestavam culto, abriu-lhe os braços. *Sed ego adolescentulus ad republicam latus sum.*

É de todos os tempos essa influência nefasta da politicagem sobre os homens, mesmo os mais cultos. Quantas inteligências não vemos, ainda hoje, esterilizadas por essa Venus impudica, a cujos enganos poucos sabem ou podem resistir?

Acenou ela ao jovem romano com as honras da questura, do tribunato, da pretura. Arrastou-o o canto da sereia. E com grande perda para as letras latinas.

A estrela de CESAR subia vertiginosamente. Seguiu-a.

Valeu-lhe a proteção do ídolo do partido democrático a readmissão ao Senado, de onde fôra riscado, *probri causa*, pelo censor APPIUS PULCHER, irmão do demagogo CLÓDIO, assassinado pelos escravos de Milão.

Nomeado pretor em 47, é designado por CESAR para dirigir as legiões enviadas à África, em perseguição dos partidários de POMPEU.

O historiador do "*Bellum Africanum*" conta-nos sua ida para Cercina (Kerkenah) e os serviços prestados a CESAR.

Por êsses, foi nomeado proconsul da África.

Sua estadia, ali, de um ano, foi-lhe suficiente para juntar os materiais de uma de suas obras históricas, o "*Bellum Jugurthinum*".

Não só isso juntou, mas riquezas.

Com elas pagou sua absolvição no processo em que foi acusado de concussionário e adquiriu o admirável retiro, batisado com o nome de *Horti Sallustiani*, no Quirinal.

(5) V. Revista «EDUCAÇÃO», n.º IV.

A morte de CESAR cortou-lhe a carreira política. Felizmente. Volta aos antigos amores e lega-nos os belos trabalhos — *De conjuratione Catilinae, Bellum Jugurthinum e Historiarum libri quinque*.

Morreu a 13 de maio de 35. Sua mulher, Terência, a viuva de CÍCERO, consolou-se depressa. E teve o prazer de chorar mais dous maridos...

*Sic transit... memoria maritorum.*

SALLUSTIO pôde ser considerado o primeiro escritor romano que deu à história um caráter científico e filosófico. *Primus romana Crispus in historia*, diz MARCIAL.

Seus modelos não são os compatriotas, escritores de anais, mas os gregos, especialmente THUCYDIDES, cuja gravidade o encanta.

VELLEIO, falando a seu respeito, diz: *Aeumulum Thucydides Sallustium*.

E o impertinente crítico QUINTILIANO, não receia compará-lo ao historiador grego — *Nec opponere Thucydidi Sallustium verrear*. (Inst. or. X, 1), nem chamá-lo de *historiae major auctor* (II, 5).

Não destoam os modernos. E com razão.

Bem que SALLUSTIO não tenha conseguido igualar seu modelo, não se lhe podem negar as qualidades que o caracterizam: verdade e imparcialidade.

Narrando de preferência fatos que pode observar pessoalmente, jamais se afasta da verdade. Compare-se, por exemplo, sua história da conjuração de CATILINA com as *Catilinárias*, de CÍCERO.

Escritores, aos quais se não pôde atribuir um falso julgamento, principalmente em se tratando de um autor profano, não lhe negam essas qualidades.

*Sallustius, nobilitate veritatis historicus*; assim se exprime SANTO AGOSTINHO (Civ. Di. I, 6).

*Sallustius, auctor certissimus*, chama-o Isidoro (Orig. XIII, 21).

Nem só essas qualidades o distinguem, porém.

É um psicólogo e sociólogo.

Em sua história, os fatos são explicados pelas paixões e disposições dos homens e deles se tiram bons ensinamentos para o futuro. São inúmeros os exemplos de explicação dos fatos narrados pelo estudo do estado dos espíritos ao tempo em que sucederam.

Mas, na psicologia individual, é que brilha mais fortemente seu talento.

Partindo do princípio de que os homens explicam os fatos, dá grande importância à pintura dos caracteres.

As figuras dos atores, não só principais como secundários, que representaram um papel nos dramas históricos que nos relata, são cuidadosa e profundamente pintadas.

É uma galeria admirável.

Ante nossos olhos passam, vivos e com as almas abertas, CESAR, CATÃO, CATILINA, MÁRIO, METELLO, JUGURTHA e tantos outros.

Vemo-los e os compreendemos.

Tal pintura se completa pelos discursos que atribue às personagens, as quais nos dizem o que são, o que sentem, o que pensam.

E tudo isto, episódios, retratos, discursos, vem revestido de um estilo pessoal, distinguindo-se pela concisão, não só gramatical, como lógica e psicológica.

Eis o que lhe valeu a censura de obscuro.

É uma injustiça. Todo o escritor que tem idéias, exige esforço para ser entendido.

A mesma pecha se atribue a PLATÃO, KANT ou BERGSON. Nem porisso deixam de percorrer suas obras os bandeirantes em busca de pensamentos.

A concisão, em que primou, traz, naturalmente, certa dificuldade em lê-lo. É preferível, contudo, à prolixidade.

QUINTILIANO, aconselhando a que não fosse tal brevidade imitada, considera-a, entretanto, como uma boa qualidade do escritor.

*Vitanda est etiam illa Sallustiana, quamquam in ipso virtutis locum obstant, brevitatis et abruptum sermonis genus.* (X 1).

Apresentamos ao público o ator. Deixemo-lo falar.

Vamos ler um trecho da “*Conjuração de Catilina*”.

CATILINA era um romano de origem nobre, mas extremamente corrompido e ambicioso. Com o fito de alcançar o poder, procurou o auxílio de todos os descontentes e aventureiros, aos quais a guerra civil só lucros poderia trazer.

Vencido por CÍCERO na eleição para o consulado, em 64, tentou vencer pela força. A conjuração foi denunciada a CÍCERO, que o interpelou, no Senado, pelo célebre discurso que começa: *Quousque tandem abutere Catilina patientia nostra?*

CATILINA saíu de Roma, mas os principais conjurados foram presos e apresentados ao Senado para serem julgados.

Nessas sessões memoráveis, CESAR, que procurava captar simpatias, pediu que não fossem condenados à morte, sob o pretexto de não ser este castigo suficiente.

Levanta-se contra êle CATÃO e exige sejam punidos, conforme o uso dos antepassados, com a pena última. E o Senado concordou.

Eis os dous homens que compara SALLUSTIO:

CAIO JULIO CESAR nasceu em Roma no ano 100.

Teve educação brilhante. Também carreira.

Aos 13 anos foi nomeado *flamen dialis*; em seguida, pontífice, tribuno militar, Grande Pontífice e pretor.

Após a pretura, foi pacificar a Lusitânia.

No ano 60, formou, com POMPEU e CRASSO, o 1.º triumvirato, e partiu para a conquista da Gália.

POMPEU, querendo, em sua ausência, apoderar-se do governo e reunir todo o poder em suas mãos, determina a CESAR que disperse as legiões e volte a Roma.

CESAR percebeu logo a intenção oculta de seu colega. Veiu, mas com as legiões e passou o Rubicon, declarando guerra a POMPEU. *Alea jacta est.*

Vencidos os adversários, instaurou o governo autocrático. Quando trabalhava para reformar o Senado e consolidar o Império, foi assassinado a 15 de maio de 44.

Ao ver entre os assassinos seu protegido BRUTO, cobriu-se com a toga e deixou-se matar sem perder a dignidade.

— M. PORCIO CATÃO (95-46) era filósofo estóico, republicano inflexível, defensor intransigente das tradições e de uma honestidade a tôda a prova.

Foi tribuno militar e questor.

Por ocasião da guerra civil tomou o partido de POMPEU, contra CESAR.

Morto POMPEU e abandonado pelos seus, suicidou-se em Utica.

O poeta LUCANO põe na bôca de CATÃO algumas palavras que o pintam bem.

Comparando-se ao pai que, privado, pela morte, de seus filhos, prepara a fogueira, acende-a por suas próprias mãos e, impellido pela mesma dor, procura prolongar os funerais, diz: *Non ante revellar exanimem quam te complectar, Roma, tuumque nomen, libertas, et tamen prosequar umbram.* (II, 301-303).

“Oh! Roma, não te abandonarei, enquanto não apertar em meus braços teu corpo exânime; seguirei teu nome, oh! liberdade, ainda que não seja senão uma sombra vã.”

---

LIII — *Sed postquam luxu ac desidia civitas corrupta est.*

SALLUSTIO é um admirador das virtudes antigas. No começo da obra, lastima a decadência dos costumes, atribuindo-lhe todos os males que Roma tem sofrido. Já sabemos que procura sempre explicar os fatos pelas causas morais.

*rursus res publica, magnitudine sua imperatorum atque magistratum vitia sustentabat.*

O Estado, quando bem e fortemente constituido, pôde resistir, pela solidez de suas instituições, à inércia e aos vícios de seus funcionários.

O mesmo pensamento exprime SÊNECA, na carta de consolação escrita a HELVIA, sua mãe, por estas palavras: *Majores nostri, quorum virtus etiam nunc nostra vitia sustentat.* (ad Helv. de Cons. 10).

O passado é sempre, para todos nós, a idade de ouro...

*ac, sicuti effeta parentum vi, multis tempestatibus haud sine quisquam Romae virtute magnus fuit.*

Completa o pensamento. Roma, exausta não produziu mais homens notáveis; no entanto a só tradição mantém o seu prestígio.

Estas poucas linhas mostram o estado de decadência a que havia chegado a Cidade, ao tempo da conjuração.

Há, entretanto, exceções.

*Sed memoria mea ingenti virtute, diversis moribus fuere viri duo, M. Cato et C. Caesar, quos quoniam res obtulerat, silentio praeterire non fuit consilium, quin utriusque naturam et mores, quantum ingenio possem, aperirem.*

E são CATÃO e CESAR. Muito diversos pelo caráter, eram semelhantes em um ponto — a superioridade sobre seus coevos.

A discussão no Senado pôs em evidência êsses homens. Para êles convergiam tôdas as vistas. CÍCERO escreve o "Catão"; responde-lhe CESAR com um "Anti-Catão".

SALLUSTIO é levado pela corrente e não resiste ao desejo de compará-los.

LIV — *Igitur eis genus, aetas, eloquentia prope aequalia fuere; magnitudo animi par, item gloria sed alia aliâ.*

Eis as qualidades comuns.

A *gens Julia* era patrícia desde a origem, a qual queriam remontar a JÚLIO, filho de ENÉAS. A *gens Porcia* tinha origem plebéia, mas havia se enobrecido.

SALLUSTIO, apesar de ser um cesariano, coloca-as no mesmo plano. Prova de imparcialidade.

A diferença de idade entre ambos era de cinco anos.

Cada um, em seu gênero, era bom orador.

CÍCERO, que estudou em vários livros os oradores, refere-se aos dous com grandes elogios.

De CATÃO diz: *Unum excipio Catonem, in quo perfectissimo stoico summam eloquentiam non desiderem.* (BRUTUS — XXXI, 118).

E de CESAR: *illum omnium fere oratorum Latine loqui elegantissime.* (LXXII, 252).

Também eram iguais em energia de caráter e em glória.

Cada um em seu gênero, porém.

*Caesar beneficiis ac munificentia magnus habebatur, integritate vitae Cato.*

SALLUSTIO indica, por estas expressões, as qualidades predominantes em cada um.

Nem porisso recusa a um a qualidade atribuída ao outro.

*Ille mansuetudine et misericordia clarus factus; huic severitas dignitatem addiderat.*

CATÃO, com sua rigidez, não admitia a *mansuetudo* e *miseri-cordia*, que julgava perigosas. Em seu discurso sobre os conjurados, procura afastar êsses sentimentos do ânimo de seus colegas — *ne ista vobis mansuetudo ac misericordia, si illi arma ceperint, in miseriam convortat.*

A austeridade era sua deusa. CÍCERO, em uma carta a ÁTTICO, salienta essa qualidade proeminente em CATÃO (ad Att. 1, 18, 7).

*Caesar dando, sublevando, ignoscendo; Cato nihil largiundo gloriam adeptus est.*

Aos três gerúndios que exprimem as disposições de espírito de CESAR, opõe-se o *nihil largiundo* de CATÃO.

Se o primeiro, para conservar sua popularidade, não economizava o ouro ou os favores, o segundo era incapaz de agir contra sua consciência ou os interesses da república.

*In altero miseris perfugium erat, in altero malis pernicies. Illius facilis, hujus constantia laudabatur.*

Todos falam do bom coração de CESAR, mesmo o maldizente SUETONIO — *tum reorum aut obaeratorum aut prodigae juventutis subsidium unicum ac promptissimum erat.* (de Vita Caes. I, 27).

*Postremo Caesar in animum induxerat laborare, vigilare, negotiis amicorum intentus sua negligere, nihil denegare quod dono dignum esset; sibi magnum imperio, exercitum, bellum novum, exoptabat, ubi virtus enitescere posset.*

Últimos retoques da pintura. O caráter de CESAR é magistralmente desenhado pelos qualificativos — ativo, bom amigo, ambicioso

A atividade mostrou-a, não só na vida civil, como ainda na militar. Parece impossível que a curta vida que teve fosse suficiente para fazer tudo o que planejou e, em parte, realizou.

De 81 a 78, vemo-lo na Ásia, na campanha contra MITHRIDÁTES, recebendo a *corona cívica* (Suet. de Vita Caes. I.) De 76 a 74, vemo-lo, em Rhodes, vencedor dos piratas e firmando o domínio romano na Ásia. Em 70, acha-se em Roma, como tribuno militar. Dous anos depois, já questor e senador, vai para a Espanha, onde se torna notável pela atividade.

Obtém sucessivamente os cargos de edil curul, pontífice máximo e pretor. Em 61, pacifica a Lusitânia e é decorado pelos soldados com o título de *imperator*.

Voltando a Roma, procura apóio contra o partido senatorial, consegue reconciliar CRASSO e POMPEU, com os quais forma o primeiro triumvirato. Os três homens reúnem em suas mãos todo o poder, de sorte que nada se fazia contra a sua vontade. *Ne quid ageretur in republica, quod displicuisset ulli e tribus* (Suet. ib XIX).

É um grande passo.

Com a lei agrária, que manda distribuir as terras da Campânia aos veteranos de POMPEU, e que passou no Senado, apesar da oposição dos *optimates* — CATÃO e BÍBULO, principalmente —, consegue um numeroso grupo de amigos.

CATÃO, seu maior adversário, retira-se do Senado, deixando-lhe o campo livre.

Consolidada sua posição em Roma, parte para a Gália.

São bem conhecidos seus feitos ali e a atividade quasi incrível que desenvolveu.

Conquistada e pacificada a Gália, trata de voltar a Roma, onde seus inimigos, atemorizados com o desmedido aumento de sua influência, tramavam sua perda.

A maioria do Senado era-lhe hostil. Surgiram longas discussões sobre os seus direitos; delas nos dão notícia SUETÔNIO, CÍCERO e o *de Bello Civile*.

CESAR aumenta as disposições de suas legiões pelo discurso que se lê nesta obra (I, IX) e parte para o Arminio onde confabula com os emissários de POMPEU. Este envia-lhe um ultimatum determinando-lhe licenciar suas legiões e voltar à Gália. É a guerra.

Auximum, Cápua e todo o Picêno aderem a CESAR. Não obstante as sucessivas vitórias, tenta ainda um acôrdo. É CÍCERO que no-lo conta (ad. Att. IX, 7C; 6A; 14, 1 etc.)

Nada alcança. A 31 de março de 49, entra triunfante em Roma. Para descansar sob os louros? Não. Uma semana depois parte para a Gália Ulterior, organiza o sítio de Marselha; e, daí a pouco, vemo-lo em Ilerda (Lerida), donde expulsa AFRÂNIO e PETREIO, que, perseguidos, são forçados a pedir a paz e licenciar as legiões.

Marselha rende-se.

Voltando a Roma, CESAR é eleito consul com P. SERVÍLIO. Persegue POMPEU que, derrotado na batalha de Pharsália, foge para o Egito, onde é assassinado (28 de Setembro de 48).

Os três livros, *Bellum Alexandrinum*, *B. Africanum* e *B. Hispaniense*, contam os últimos passos de CESAR para a pacificação de tôdas as províncias.

Após Thapsa, é proclamado ditador por dez anos; após Munda, por tôda a vida.

Ei-lo senhor do mundo. Pela ambição, servida por uma atividade quasi inconcebível para nós.

Póde-se ver em SUETÔNIO (Cesar, 40-44)) o quadro das notáveis reformas realizadas pelo maior dos romanos.

O mesmo biógrafo pinta sua bondade para com amigos e inimigos. (Ibid. 75).

E CATÃO?

*At Catoni studium modestiae, decoris, sed maxume severitatis erat. Non divitiis cum divite, neque factione cum factioso, sed cum strenuo virtute, cum modesto pudore, cum innocente abstinentia certabat, esse quam videri bonus malebat: ita quo minus petebat gloriam, eo magis illum sequebatur.*

Suas qualidades são opostas às de CESAR.

Êste amava a glória, aquele a modéstia. À brandura de CESAR e à sua tendência para fazer concessões, opunha uma austeridade, que ia ao ponto de prejudicar a república.

Di-lo CÍCERO: *sed tamen ille optimo animo utens et summa fide nocet interdum rei publicae* (ad Att I, 2, 1).

Assim, lutou rudemente contra CESAR, cuja vitória seria a derrota dos tradicionais princípios republicanos.

Convicto do direito de POMPEU, prefere seguir a estrela cadente, sabendo, talvez, que corria para a morte.

Jamais quis fazer qualquer acôrdo com CESAR. Não era êste um inimigo da República, qual êle a compreendia?

Serenamente acompanha POMPEU que vai, de derrota em derrota, acabar nas mãos dos sicários dos ministros de PTOLOMEU.

Depois da batalha de Thapsa, foi incumbido de defender Utica.

Bem sabia que tal defesa era uma utopia; ficou alí, porém.

Vendo que teria de entregar-se a CESAR e, temendo mais a benevolência que a vingança dêste, resolveu pôr termo à vida.

PLUTARCO pinta esta cena emocionante.

Arranjou tranquilamente todos os seus negócios, despediu-se da família e, depois de haver lido o Phedon, de PLATÃO, apunhalou-se.

— Paremos aquí. Deu-nos SALLUSTIO uma hora de prazer espiritual. Por algumas linhas, sòmente, que lemos.

Oxalá êstes mal alinhados comentários despertem o desejo de lê-lo e estudá-lo!

## OBSERVAÇÕES ORAIS, NO DECORRER DA LEITURA.

**Rursus**, por sua vez, de seu lado; para indicar uma contraposição. V. Tácito. — **Quem casum** (a morte de um filho) **neque ut plerique fortium virorum ambitiose, neque per lamenta rursus ac moerorem muliebriter tulit.** (de Vita J. Agricola, XXIX).

**Magnitudo**, a grandeza, a força do Estado, que afasta o receio de guerra.

**Sustentabat**, suportava; no sentido de resistir, de não se enfraquecer pelos vícios.

**Non fuit consilium**, não quis. Passado, em relação aos leitores. Imitação do estilo epistolar, em o qual o tempo é escolhido do ponto-de-vista de quem recebe a carta e não de quem a escreve.

**Quin = ut non.** Só se emprega nas expressões negativas. Pleonasmo? Não quis silenciar **sem que** mostrasse.

**Igitur** — Assim, pois; ligando o que se vai dizer com a intenção manifesta de o fazer.

**Alia alii**, a cada um uma espécie de glória.

**Nihil largiundo (= largiundo)**, não fazendo concessão de espécie alguma.

**Facilitas** = complacência.

**Constantia** = intransigência.

**In animum inducere** = tomar como norma. Sempre seguido de um infinitivo. Cícero suprime o **in**. «Tu **animum** poteris **inducere** contra haec dicere?» (Div. 1). Também Tito-Lívio: «Nemo alteri concedere **in animum inducebat** — emprega a preposição.

**Negligere... denegare** são infinitivos históricos, empregados pelo imperfeito do indicativo. Muito usual nas narrações e pintura de sentimentos e ações que se repetem.

**Novom — novum.** Ant. acusativo em **om**.

**Bellum novom.** Conquista de povos ainda não visitados pelos Romanos. A Gália, a Germânia e a Bretanha foram **bella nova** para Cesar.

**Enitescere.** — O sufixo **sco** junto aos temas dos verbos, transformam-nos em verbos incoativos, isto é, que designam o começo de uma ação ou estado.

**Maxume = Maxime.** Substituição muito usada por Sallustio nos superlativos. Cf. **optumus, superbissumus.** Também nos verbos **exustumo, lubet.**

**Divite, factioso, strenuo, modesto,** são adjetivos substantivados. Comum no plural, mas raro no singular.

# SÚMULA DE LÓGICA CLÁSSICA

LUIZ GONZAGA FLEURY

## I

### LÓGICA FORMAL

#### CAPÍTULO I

1. — A lógica (do grego *logos*, razão) tem sido definida de vários modos, segundo a concepção que dela formam os diferentes pensadores.

Citaremos algumas concepções, a começar pelas de dous filósofos hodiernos — ALOYS MÜLLER, metafísico alemão, e LUQUET, pensador positivo, francês.

“Consideram a lógica — diz o primeiro, aludindo aos autores modernos — como uma ciência; mas querem, o mais das vezes, conceder-lhe também, ao lado dêste, o caráter de uma técnica. O leitor reconhecerá facilmente quão pouco justo é isso. Se a lógica é uma ciência, então estuda o que exista em matéria de cousas lógicas. Nunca é, contudo, assunto da ciência dar instruções, preceitos, normas. Póde haver uma ciência de normas; a ciência do direito, por exemplo, é uma delas; mas o Código Civil não é uma ciência”.

Para MÜLLER, o objeto da lógica é o pensamento, ao qual atribue os seguintes sete caraterísticos: 1 — existência real, *como* objeto peculiar (“*sui generis*”); 2 — caráter não psíquico; 3 — pertencer à 4.<sup>a</sup> esfera da realidade, que é a dos “valores”, sendo as outras três, até hoje conhecidas, a dos objetos reais físicos (perceptíveis pelos sentidos) e psíquicos (sensações, representações, sentimentos, etc., sejam ou não concientes); a dos objetos supra-sensíveis (a substância, o acidente, a cousa em si); e a dos objetos ideais (como os objetos matemáticos — os números, os círculos, etc.); 4 — ter necessariamente polaridade, porque é necessariamente ou verdadeiro ou falso; 5 — ser independente do ato de pensar que não o cria nem o fórma, mas apenas o apreende; 6 — não necessitar de ser pensado para ter realidade; 7 — Serem o seu conceito e o do seu objeto correlativos, pois o pensamento exige um objeto e êste o pensamento.

LUQUET define:

“A lógica ou, como lhe chama PORT-ROYAL, a arte de pensar, é o formulário em que são enunciadas e justificadas as regras às

quais deve a inteligência submeter-se voluntariamente para atingir seu fim ideal, a verdade”.

Outras definições:

ARISTÓTELES: “ciência da demonstração”; KANT: “ciência das leis do pensamento e do uso legítimo do entendimento”; STUART MILL: “ciência das operações mentais necessárias para a avaliação das provas”; BALMES: “arte de alcançar a verdade”; BOIRAC: “ciência do pensamento e arte de pensar”; WUNDT: “a ciência e arte de encontrar a verdade”.

Segundo FAUCAUNNET, o domínio da ciência é conhecer; o da arte, agir; o da técnica ou ciência aplicada, deduzir dos conhecimentos regras para a ação.

À luz deste critério, a lógica é uma técnica ou ciência aplicada (também chamada ciência normativa) pois deduz de princípios racionais normas práticas que servem de dirigir as operações fundamentais da inteligência — conceber, julgar e raciocinar — para a indagação ou demonstração da verdade.

O caráter normativo da lógica é geralmente reconhecido, como vimos nas definições acima, onde o termo *arte* é empregado como sinônimo de *técnica*.

É certo que a lógica formal não tem a preocupação prática da verdade; mas tem-na da correção formal do pensamento, para a qual estabelece regras práticas.

Também se reconhece em geral o caráter científico puro que pôde ter a lógica como simples estudo desinteressado das leis do pensamento.

Em conclusão, é legítimo definir a lógica de modo a abranger o seu duplo aspecto — o científico e o normativo, como segue:

“Lógica é a ciência das leis do pensamento e a técnica que tem por objetivo dirigí-lo para que se mantenha concorde consigo mesmo e com a verdade”.

2. — A lógica divide-se em duas partes: uma que determina as leis gerais do pensamento, derivadas da forma mesma deste, abstraindo da matéria, e que traça as regras do acôrdo do pensamento consigo mesmo; outra que estabelece as normas do acôrdo do pensamento com o objeto, os métodos especiais impostos ao espírito pela natureza dos diferentes objetos a conhecer.

A primeira chama-se lógica formal ou geral, pois estuda as formas gerais, isto é, os processos gerais do pensamento; a segunda denomina-se lógica particular, material ou aplicada, pois trata do conjunto de processos de conhecimento particulares a cada ciência, derivados da natureza da matéria a que se aplicam.

Como, porém, um conjunto de processos de conhecimento chama-se método, a lógica particular toma o nome de metodologia.

A lógica geral subdivide-se em três partes, compreendendo o estudo: a) das idéias e dos termos; b) dos juízos e das proposições; c) dos raciocínios.

A lógica aplicada ou metodologia compreende o estudo do método em geral (metodologia geral) e dos métodos particulares, que nada mais são do que o método geral adaptado a cada ciência em especial (metodologia especial) isto é — a metodologia das ciências matemáticas, a das ciências físicas, a das ciências biológicas e a das ciências sociais e morais.

Às duas partes fundamentais da lógica acrescenta-se a criteriológica ou lógica crítica, que trata da verdade, da certeza, da probabilidade, do erro e dos critérios da verdade e remédios contra o erro.

3 — É útil o estudo da lógica porque amplia e torna mais seguro o bom senso ou lógica natural; exercita a aptidão para o raciocínio; ensina a comprovar as verdades inseguras, a esclarecer as obscuras e a inferir de verdades conhecidas outras desconhecidas; e enfim, porque serve de guia conciente para nos instruímos ou instruímos aos outros, quer dizer, para a arte didática, arte dos mestres, que, portanto, não devem ignorar a lógica.

4 — A rigor, o único princípio necessário e suficiente para fundar tôda a construção da lógica formal é o princípio de tautologia ou da legitimidade da substituição das expressões equivalentes, como mostra LUQUET.

Tradicionalmente, porém, os lógicos em geral citam três princípios ou axiomas lógicos, chamados leis formais do pensamento: o de identidade, o de não-contradição e o de alternativa ou de meio ou terceiro excluído, reconhecendo embora que os dous últimos derivam do primeiro, não passando de fórmulas diferentes do mesmo princípio.

Não raro, ainda se aponta um quarto princípio, o de razão suficiente, considerado por alguns pensadores como princípio de ordem metafísica, mas que se legitima perfeitamente, do ponto-de-vista positivo e pragmático, como fecunda e essencial hipótese eurística, como orientação geral para as investigações científicas, porque, inspiradas nele, têm estas alcançado resultados certos, que constituem provas indiretas e experimentais do seu valor.

Passamos a expôr, sem muitos comentários, os princípios geralmente citados nos tratados de lógica.

O princípio de identidade pôde ser formulado: “O que é, é; o que não é, não é”, ou “Tôda cousa é idêntica a si própria”.

Dir-se-ia uma “solene futilidade”. É, de fato, fórmula que exprime uma verdade tão manifestamente evidente que parece inútil e até risível enunciá-la.

Segue-se dêste princípio que qualquer pensamento é idêntico a si mesmo e que se êle fôr verdadeiro, será necessariamente verdadeiro outro pensamento que lhe seja idêntico.

O princípio de identidade refere-se sòmente à identidade do pensamento, não da sua expressão. De modo que um juízo é idêntico a todos os juízos seus equivalentes, isto é, a tôdas as proposições ou expressões de juízos, que sem conterem as mesmas palavras, exprimem, não obstante, exatamente o mesmo pensamento.

Exemplo: "Todo animal é mortal" é juízo idêntico a êste outro: "Nenhum animal é imortal", ainda que difiram na sua fórmula de expressão verbal, na fórmula das proposições, perfeitamente substituíveis uma pela outra, de acôrdo com o princípio de tautologia.

O princípio de identidade pôde revestir várias fórmulas derivadas. O princípio de contradição, ou melhor, de não contradição, é apenas a sua fórmula negativa e costuma enunciar-se dêste modo: "Uma mesma cousa não pôde ser e não ser ao mesmo tempo, no mesmo sujeito, e sob o mesmo aspecto."

Segue-se dêste princípio que todo pensamento contraditório é necessariamente falso, pois atribue e nega ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto a uma mesma cousa, a mesma qualidade. Exemplo: "Marte é habitado e não é habitado".

Do princípio de não-contradição derivam:

a) O princípio de exclusão do meio, ou de alternativa, ou de terceiro excluído: "Uma cousa é ou não é; não há meio termo; isto é, entre ser e não ser não há terceira solução. Exemplo: "Marte é ou não é habitado".

É sôbre êste princípio que repousam as demonstrações por absurdo. Como é necessário que alguma cousa seja ou não seja, se se demonstra que é impossível que seja, fica porisso mesmo demonstrado que ela não é, ou vice-versa.

b) O princípio de terceiro equivalente: "Duas cousas idênticas a uma terceira são idênticas entre si". É a identidade percebida não imediata, mas mediatamente, discursivamente.

c) O princípio de capacidade: "O que contém uma cousa contém também o conteúdo dessa cousa".

Exemplo: a idéia de SÓCRATES que está contida na idéia geral de homens, está porisso mesmo, contida na idéia mais geral ainda de animal.

Todos êstes princípios são analíticos, porquanto o atributo é neles parcial ou totalmente idêntico ao sujeito. Porisso se acham implicados em tôda dedução.

O princípio de razão suficiente pôde ser formulado: "Tudo tem sua razão de ser". É o princípio de inteligibilidade. O espí-

rito recusa aceitar um começo absoluto, a passagem do nada ao ser; as cousas sem razão de ser seriam ininteligíveis.

Tôda pesquisa científica é baseada sôbre a aceitação dêste princípio, tendo, como tem, por fim conhecer as relações necessárias entre os fenômenos e os seres: se os fenômenos existissem isoladamente e independentemente de antecedentes que os explicassem, essa pesquisa seria vã.

Aplicado à realidade concreta, o princípio de razão suficiente origina dous outros: o de causalidade e o de substância, que se enunciam, respectivamente, assim: "Tudo o que começa a existir tem causa" e "Todo o fenômeno implica uma substância".

O princípio de causalidade tem sido formulado de modos vários: a) "Todo efeito tem causa" — fórmula tautologica, porque sendo o efeito por definição "o que é causado", a fórmula não afirma senão que tudo o que tem causa tem causa; b) Todo fato tem sua causa, — fórmula estreita, pois não abrange os seres, que também pôdem ser causados; c) "Tudo tem sua causa" — enunciado falso: uma consequência tem sua razão de ser num princípio e não numa causa pròpriamente dita; d) "Todo fenômeno tem por causa outra fenômeno" — fórmula que conduz a um círculo vicioso ou a uma série indefinida de fenômenos, sem que se chegue a uma causa primeira; e) "Tudo o que começa a existir tem uma causa", ou, mais explicitamente: "Tudo o que é e que não tem de si o que é preciso para ser, recebeu-o de outro, que é sua causa", — quer esta causa seja produzida ou não por outra.

Ao princípio de causalidade prende-se imediatamente o princípio das leis: "Nas mesmas circunstâncias as mesmas causas produzem os mesmos efeitos", princípio também chamado do determinismo da natureza ou universal e geralmente havido como fundamento da indução.

O princípio de substância: "Todo fenômeno supõe uma substância" ou "Tôda mudança supõe algo de durável", significa que não há ação sem agente ou modificação sem objeto modificado, sendo o fenômeno a maneira de ser momentânea da substância e esta a realidade permanente que continua idêntica sob as modificações ou acidentes sucessivos. Assim, a cêra, sob a acção do calôr, modifica-se pelo fenômeno da liquefação, continuando, embora líquida, a ser a mesma substância, a mesma cêra e não outra cousa.

O princípio de identidade e os seus derivados condicionam a possibilidade do pensamento coerente; o princípio de razão suficiente condiciona a possibilidade dos fenômenos objetivos ou do mundo externo.

5—Enumeram-se os seguintes característicos dos princípios ou axiomas lógicos: são universais, porque se encontram em tôdas as inteligências normais; são evidentes, porque se manifestam a esta com tôda a clareza; são necessários, porque sem êles nada se concebe nem se pôde demonstrar; são invariáveis, porque se aplicam igualmente a tôdas as ciências; são essenciais, porque não se podem reduzir a outros mais gerais ou mais simples. O princípio de razão suficiente, porém, não é invariável, pois embora se aplique a tôdas as ciências não se lhes aplica de igual modo.

6 — A lógica se relaciona de um modo geral com tôdas as ciências porquanto estabelece o método que convém a cada uma delas. De outro lado, tôdas as artes necessitam da lógica. Em consequência, BACON chamou-lhe “ciência das ciências e arte das artes”.

Tem relações mais estreitas, porém, com a psicologia, a filosofia e a didática.

A psicologia estuda o pensamento em si, as condições de sua existência e evolução e a lógica aproveita dêsse estudo os dados úteis ao seu fim especial. A psicologia estuda *como se produz* o pensamento e tanto lhe interessa o pensamento normal como o anormal, o do sábio como o da criança; a lógica, porém, estuda as leis e regras a que deve obedecer o pensamento para ser correto, isto é, estuda *como deve produzir-se* o pensamento para ser coerente e verdadeiro.

Além de fornecer à filosofia os seus métodos de indagação, a lógica se apoia nas suas conclusões para alcançar os seus objetivos.

“A psicologia e a lógica constituem a propedêutica da didática ou arte de ensinar, cujos princípios fundamentais derivam de leis psicológicas e cujos métodos são estritamente lógicos.”

As ciências matemáticas, físicas e biológicas fornece a lógica de modo mais especial, respectivamente, o método da demonstração matemática, as regras da indução e as regras da definição e da classificação.

## CAPÍTULO II

### A IDÉIA E O TERMO

7 — Idéia, conceito ou noção é a simples representação mental de um objeto.

Simple representação porque nada afirma ou néga a respeito do objeto. Por isso também se diz que é o resíduo do juízo a que se suprimiu o liame ou expressão da relação de conveniência ou desconveniência entre o sujeito e o predicado. No juízo é que há afirmação ou negação. Se ao juízo: “a baleia é mamífero” suprimimos o liame representado pelo verbo ser, restam duas idéias, a de “baleia” e a de “mamífero”.

8 — Termo é a expressão verbal da idéia. Não se deve confundir o termo no sentido lógico com a palavra no sentido gramatical. São necessárias às vezes várias palavras para exprimir uma idéia; não constituem elas, nesse caso, senão um termo como: “o primeiro imperador do Brasil”.

Inversamente, uma mesma palavra pôde exprimir várias idéias e corresponder a vários termos: “manga” (fruta, parte do vestuário, tromba de água, etc.).

9 — As idéias se formam pelo trabalho relacionado e extremamente complexo de um conjunto de funções e operações psíquicas, tais como a intuição, a comparação, a análise, a abstração, a síntese, a generalização.

Esse complicado processo psicológico, que se desenrola espontaneamente, transforma-se em processo lógico quando racionalmente controlado pela vontade.

As idéias formadas pela atividade espontânea da mente raro chegam a ser logicamente perfeitas por não representarem os objetos pelos seus caracteres essenciais.

Daí a necessidade do processo lógico para a sua elaboração.

Para muitas pessoas a baleia é peixe; isto é, a idéia que têm dêsse animal é constituída por elementos secundários: fôrma do corpo, vida na água, etc. É o que se chama uma idéia psicológica, no sentido de insuficientemente elaborada. A idéia lógica ou completamente elaborada da baleia no-la representa não como peixe, animal de que se distingue por caracteres de primordial importância, mas como mamífero, por possuir aqueles característicos que são comuns a todos os animais desta classe, e como cetáceo, porque possui os caracteres diferenciais desta ordem de mamíferos. certos dêsses caracteres, aliás, muito semelhantes a alguns dos pertencentes aos peixes em geral.

Em breve: a idéia lógica de baleia é constituída pelos elementos essenciais representados pelas palavras “mamífero” e “cetáceo”, sendo certo que basta esta última para caracterizá-la.

Para a elaboração da idéia lógica (ou científica) de flor, por exemplo, o botânico submeteu as flores ao exame direto dos sentidos afim de perceber ou conhecer intuitivamente as suas particularidades — fôrma, órgãos, funções, etc. É a observação. Percebendo as qualidades, os atributos peculiares às flores, a mente do botânico os analisou e abstraiu, isto é, separou-os uns dos outros e das flores, afim de melhor os considerar e reter.

É a abstração, operação intelectual por cuja virtude se consideram mentalmente à parte dos objetos e distintamente uns dos outros os atributos, as qualidades, na realidade inseparáveis deles. A seguir, as qualidades e atributos da mesma categoria das diferentes flores foram comparadas entre si (comparação) estabele-

cendo-se as relações de semelhança e diferença entre as flores (juízos) e reunindo-se numa só idéia os atributos comuns, essenciais a tôdas elas (síntese).

É claro que a idéia geral, conceito ou noção assim obtida é aplicável a qualquer flor.

Chama-se generalização a operação mental pela qual se abrangem numa só idéia os objetos da mesma categoria.

A idéia geral e lógica ou científica de flor é a de "parte de um vegetal que contém um de seus órgãos reprodutores distintos, ou ambos êles".

Ora, para o vulgo, flor é principalmente o conjunto de pétalas ou corola das flores que a têm, pois flores há desprovidas de pétalas e um só estame ou um único pistilo pôde de per si só formar uma flor. (HOOKER — *Botânica*.)

O processo complexo de ideação ou concepção, isto é, de formação das idéias, é rebelde a uma descrição perfeita e a que acima se fez não passa de grosseira aproximação esquemática e artificial.

10 — As idéias são, de ordinário, acompanhadas de imagens mentais, que pôdem ser individuais ou gerais. Assim, a idéia de "cavalo", por exemplo, é quasi sempre acompanhada de um como desenho ou figura mental de um cavalo. Se esta figura fôr a reprodução mais ou menos exata de um cavalo conhecido, a imagem é individual; se, porém, fôr esquemática, vaga, servindo para lembrar qualquer cavalo, já é uma imagem geral.

A idéia de "justiça" também pôde ser acompanhada de imagem, mas de imagem simbólica, tal como a de um tribunal onde se vê um juiz, ou da figura de Temis, a deusa mitológica, representada ordinariamente com os olhos vendados, a balança numa das mãos e na outra a espada.

As imagens não pôdem ser confundidas com as idéias, pois são representações em si concretas, ao passo que as idéias são concepções abstratas.

A idéia de justiça é a de uma virtude, de uma "qualidade moral" que nos faz dar a cada qual o que lhe pertence, etc. Nada tendo de material, de perceptível aos sentidos, não pôde ter imagem própria.

As imagens mais geralmente notadas são as visuais, quer dizer, as provenientes do sentido da vista. Mas há imagens oriundas dos outros sentidos. Os cegos de nascença não podem ter imagens visuais, senão apenas as derivadas dos sentidos que lhes restam. Os surdos de nascença não têm imagens auditivas.

Exemplos de imagens não visuais: a lembrança do contacto do veludo (imagem tátil); a lembrança de um perfume (imagem olfativa); a lembrança do sabor de uma fruta (imagem gustativa).

11 — Duas são as propriedades das idéias: a “extensão” e a “compreensão”.

Extensão é o conjunto de seres ou objetos que a idéia representa; compreensão é o conjunto de elementos, caractéres ou notas que a constituem e que supõe no objeto.

A compreensão também se denomina conteúdo ou conotação; e a extensão, esfera ou denotação.

A idéia de “quadrilátero” é constituída pelos seguintes caractéres ou notas (cada uma das quais é, aliás, uma idéia mais simples): “figura plana formada por quatro lados retos que se cortam dous a dous”. A do “quadrado”, por êsses mesmos caractéres e mais o da “igualdade dos lados” e o de êstes “se cortarem em ângulo reto”: “a figura plana formada por quatro lados retos iguais que se cortam dous a dous em ângulo reto”. A idéia de “quadrilátero” tem, portanto, menor compreensão do que a de “quadrado”. Mas tem maior extensão que esta, pois abrange tôdas as figuras de quatro lados, inclusivé o quadrado; ao passo que a idéia dêste só abrange quadrados, com a exclusão de todos os demais quadriláteros, isto é, abrange um número muito menor de figuras geométricas.

Chama-se compreensão lógica de uma idéia o conjunto de seus caractéres essenciais. Exemplo: a de “quadrado” concebido como “polígono de quatro lados retos iguais e quatro ângulos retos”.

12 — Quando duas idéias são subordinadas, vale dizer, quando uma está incluída na extensão da outra a que, por sua vez, incluye em sua compreensão, como as idéias de “quadrilátero” e “quadrado”, a extensão e a compreensão estão em proporção inversa: a de maior extensão tem menor compreensão (“quadrilátero”) a a de maior compreensão, menos extensão (“quadrado”). Daí a lei: “A compreensão de uma idéia está necessàriamente na razão inversa da sua extensão”, ou vice-versa.

Assim, à medida que se acrescentam à idéia de “homem” as notas ou idéias de “branco”, “grande”, “sábio”, etc., vão-se excluindo de sua extensão os indivíduos negros, pequenos, ignorantes.

Os adjetivos qualificativos, ampliando a compreensão das idéias, restringem, “ipso facto”, a sua extensão, salvo quando são explicativos. Por exemplo, a idéia de “homem”, que abrange todos os homens, fica com a sua extensão restringida se lhe aplicamos o adjetivo “branco” (porisso mesmo chamado restritivo), pois transforma-se na idéia “homem branco”, de cuja extensão não fazem parte os negros, os amarelos, etc. Mas o adjetivo qualificativo explicativo “branco”, aplicado à idéia de “neve”, em nada lhe restringe a extensão, já que tôda neve é naturalmente branca.

(Continúa)

# NOÇÕES EDUCATIVAS DE MODELAGEM

BENEDITO CÂNDIDO DE MORAIS

*Este ensino deverá ser aplicado tanto aos moços como às moças que se destinem ao magistério. De fato, é nas escolas primárias que os professores terão de abrir, nos seus alunos, as portas dos sentidos, a fim de lhes entrar na alma a luz do entendimento.*

*É falho o ensino que não procura orientar o indivíduo para o fim que nasceu. O progresso do mundo depende do trabalho proveitoso dos predestinados.*

*É um crime, portanto, desviar-lhes a rotina.*

*Por modesta que seja uma profissão, é ela sempre indispensável na obra formadora dos povos civilizados.*

## INTRODUÇÃO

O ensino de modelagem desempenha uma grande importância no desenvolvimento intelectual, sendo correlacionado com o de outras matérias e obedecendo a uma orientação segura e metodizada.

É completamente eficiente, quando acompanha por um plano paralelo o ensino de desenho. Este dá apenas a noção das cousas figuradas sôbre o plano, ao passo que a modelagem dá a compreensão exata do todo no espaço.

O ensino de desenho, acompanhado do de modelagem, tem um aproveitamento completo.

O desenho e a modelagem são duas matérias irmãs e que deviam sempre andar juntas.

Nenhum ensino poderá ser proveitoso uma vez que não desperte sensação agradável na alma do aluno.

Porisso, diz-se: arte de ensinar, e não, ciência de ensinar.

Assim, o mestre deve ser um artista, e a sua classe viverá, então, dos seus ensinamentos úteis e interessantes.

É do sentimento que nasce a ação. Sua qualidade depende do agente exterior que a provocar. Esse agente é o ensino.

Os mestres precisam ter, além dos estudos científicos, alguns conhecimentos das artes.

São os mestres os modeladores de almas em formação.

É necessário, portanto, que conheçam também a plástica no barro.

A compreensão das cousas depende do modo bastante claro por que as vemos. Sendo assim, calculamos o valor do ensino pela sua qualidade e não pela sua quantidade.

A sua boa qualidade é o que melhor recomenda o mestre.

É pelo resultado dos alunos que podemos dar o mérito ao professor.

O progresso de quem estuda está na dependência da didática de quem ensina. Há professores que só se dedicam ao ensino de certas matérias, desprezando as demais.

A própria música, a arte que melhor nos encanta, é desprezada nas escolas por falta de um meio de ensino que se torne interessante a todos, e, ao mesmo tempo, assimilável.

Modestos professores foram os guias de grandes homens. Estes, embora predestinados, tiveram necessidade dêsse guia e amigo que os levou pelo melhor dos caminhos da vida.

O mestre precisa ter um conhecimento geral das cousas, principalmente das artes, porque são elas que provocam as emoções, despertam os sentimentos, e impulsionam o homem para o seu verdadeiro destino.

É dos sentimentos que brotam as vocações, muitas vezes guardadas na indolência, por falta de estímulo próprio. Sendo elas despertadas, dominam e arrastam o ser humano para uma determinada profissão.

A própria ciência evolue pelo trabalho dos homens que são encaminhados para a sua verdadeira vocação.

Com verdadeiro amor e desinteressados do próprio bem pessoal, a ela se dedicam. São abnegados, que só visam melhorar o mundo para a humanidade. Sem a educação dos sentimentos, perderiam a noção do que é o belo. Tornar-se-iam vaidosos e estúpidos. O mundo retrogradaria pela própria retrogradação dos sentimentos da alma humana.

A escola, que tem por dever educar, dirige os destinos do mundo. Para que a sua obra seja grandiosa, é imprescindível o trabalho do mestre.

Cada mestre com a sua obra, com a sua especialização, constitui uma célula do imenso organismo.

É preciso que cada um se torne digno dele. Só o são, quando cumprem com o seu dever, dando aos seus alunos tudo o que é preciso, para que eles também possam ter uma missão a cumprir.

É, portanto, preciso ensinar-lhes tudo o que é útil.

Indispensável se torna conhecer tudo o que lhes cerca o espírito, ao começar a abrir-se para o mundo. Indispensável se torna familiarizar-se com as múltiplas fórmulas das cousas do mundo feito por Deus e do mundo feito pelo homem.

Impõe-se, então, um estudo — o da modelagem, que vai despertar a curiosidade, o esforço e o amor pelos outros conhecimentos. O homem quer penetrar tudo e fica desejoso de tudo conhecer. Começa a sentir os influxos educativos. Suas faculdades ainda inertes, põem-se a receber as influências do estímulo e despertam tendências até então ignoradas.

A organização física em formação do ser humano, guarda em segredo para o mundo o embrião da alma infantil que, aos poucos, vai se desenvolvendo para impulsionar o corpo.

Quanta formosura poderá ela conter? Muita.

É para isso necessita de um meio exterior de formação que é a escola.

Seu valor vem dos mestres que a formam. Estes, então, necessitam conhecer todos os meios que a profissão de educador requer.

Será a modelagem um dos excelentes meios a empregar como auxílio dos seus ensinamentos.

Deve-se correlacioná-la com as demais matérias.

Transformará a escola em um meio ativo e atraente.

Correlacionando o ensino, poder-se-á iniciá-lo pelo de português. Depois de uma aula de modelagem, seja ela a de construção de um poliedro, dar-se-á a de linguagem escrita ou a de linguagem oral.

A construção do cubo e a sua decomposição a fim de formar um poliedro, constitue, além do conhecimento de geometria prática, assunto bastante importante para uma página de descrição.

Um trabalho imaginado e modelado pelo aluno, servirá para uma composição.

A técnica da construção dada pelo mestre, irá formando um lastro científico e prático no espírito do aluno.

Usando modos inversos: fatos ou contos aprendidos em aula, serão reproduzidos na modelagem pela representação de figuras que se formaram na idéia.

Cada aluno, possuindo uma figura própria na imaginação, só ele poderá representá-la, e isto só poderá fazer com as mãos.

Será uma externalização do que ele sentiu e do que ficou possuidor. As palavras do mestre formaram-lhe uma figura no cérebro. É, na modelagem, que ele encontrará todos os recursos para representá-la.

O esforço que vai empregar recorrendo à sua imaginação, estabelece uma corrente de ligação entre o cérebro e as mãos. Estas cumprirão ordens. Aquele ordenará.

A história natural poderá ser bastante aproveitada em aulas de modelagem. A anatomia, estudando-se os órgãos separadamente, a princípio, como: coração, pulmões, fígado, rins, intestinos, etc., depois de modelados, pintados e envernizados a pincel, constituem material de todo interessante para um museu.

Tôdas as partes do corpo humano, como: pés, mãos, nariz, orelhas, etc., prestam-se para tais estudos.

A nossa flora e a nossa fauna fornecem exemplares magníficos para essas aulas. Nesta parte, então, devem-se fazer trabalhos resistentes com armações de arame, massa de serragem e cola que, depois de bem secos e pintados, produzem efeito muito agradável. Tudo isto, com o decorrer dos anos, formará um museu e dos mais ricos para a escola.

A geografia é outra matéria que pôde ser estudada, admiravelmente, na modelagem.

Com massa de serragem e cola, fazem-se lindos mapas em relevo. Depois de pintados ou envernizados, tornam-se atraentes. Os rios fazem-se com sulcos, as estradas com linhas de côm, e as cidades com pregos de latão. Em lugar apropriado deste artigo darei a técnica destes trabalhos. Os acidentes geográficos modelados sobre tâboinhas, com essa massa, tornam-se de um grande valor educativo.

A cosmografia modelando-se com barro os mundos, em relação de tamanho uns com os outros, oferece assunto importante para se construir um sistema planetário em uma armação de arame.

Será um meio bastante útil, para que, cada aluno, demonstre aquilo que aprendeu.

O cálculo poderá ser ensinado depois de uma aula de construção de sólidos. Poderão calcular as áreas e os volumes dos mesmos, medindo-lhes as arestas.

A geometria é uma das matérias que será estudada com muito aproveitamento, como adiante veremos.

Constitue ela a base fundamental para a construção de qualquer trabalho.

Pelo que acabamos de vêr, em linhas gerais, a modelagem é uma matéria importantíssima não só pelo lado da arte, mas também pelo das ciências. O que não temos tido são professores que a ensinem como deve ser. Os que se formam pelas diferentes escolas normais, delas saem desconhecendo completamente a matéria. Há muito tempo, vem ela sendo colocada como uma matéria sem importância, a ponto de chegarmos ao absurdo de se não estender às moças o seu ensino. Ciosas das unhas polidas, cada vez mais, as professoras irão perdendo o uso das mãos... bonitas. Verdadeiramente úteis, porém, são as mãos que trabalham. Precisamos reagir contra êsse perigo da nossa época. As mãos são

dignas de ser bem tratadas, diàriamente, mas isso não as deve levar a temer o trabalho. Se não fossem os trabalhos árduos das mãos dos homens, não poderíamos ter o que se lhes passou pela inteligência.

Para praticarmos, precisamos fazer uso da inteligência, precisamos estudar, precisamos de livros. Mas os livros! Onde estão os livros práticos, que nos habilitem em certos misteres e conhecimentos dos que trabalham em segredo e morrem com êle?

Foi pensando nisto que resolvi escrever êste trabalho.

Não sou uma capacidade, infelizmente, mas, o meu longo tirocínio, a minha dedicação de alguns anos de estudo e observação, o meu esforço pessoal pelo amor que tenho à minha terra, fizeram com que eu me arrojasse a tanto.

É alguma cousa de bom, que procuro fazer ao meu país, de acôrdo com as minhas forças.

É pelo resultado que tenho colhido, que sei avaliar as vantagens. É pelas vantagens que tenho colhido, que vou expor os meus segredos a todos.

Êste é o meu objetivo.

Distribui a matéria em séries, procurando discriminar os meios para a realização dos trabalhos em ordem progressiva.

(Continúa)

# HISTÓRICO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PAULISTA

(FEITO PARA O ANUÁRIO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

JOSÉ RIBEIRO ESCOBAR

*Designado oficialmente para fazer este trabalho em poucos dias, apresentamo-lo apenas como um modesto ensaio, suscetível de ampliações e correções.*

*Como um preâmbulo à nossa instrução pública, que muito tarde apareceu no Brasil, vamos lembrar os esforços dos jesuitas, os portadores de uma civilização de galho às nossas plagas selvagens.*

*Parece que a metrópole não estava muito habilitada a alfabetizar os nossos íncolas, pois a primeira cartilha que se publicou em Portugal foi a "Cartinha" de JOÃO DE BARROS, em 1539.*

*Assim, o deserto verde só podia contar com as luzes dos jesuitas.*

Em 1549, ano em que veio ao Brasil o seu primeiro governador geral, Tomé de Sousa, com seis missionários, partiram para São Vicente, por ordem do padre Manuel da Nóbrega, o padre Leonardo Nunes e o irmão Diogo Jacome para doutrinar e libertar os índios.

Data daí o primeiro colégio de catecúmenos que houve no Brasil. Nele foram recebidos como irmãos, Manuel Craves e Pedro Correia, famoso língua e mais tarde o primeiro martir no Brasil.

*Aí começou-se "a ensinar a doutrina do Brasil aos mamelucos, filhos de portugueses, e aos escravos da terra; entendendo-se mais de propósito na conversão do gentio, que deu de boa vontade muitos de seus filhos ao padre, para que fossem ensinados, dos quais ajuntou muitos e os batisou, ensinando-os a falar português, ler e escrever."*

A capitania de S. Vicente, na intuição do padre Nóbrega, era "a porta e caminho mais certo e seguro para as entradas do sertão", bela profecia, pois o Brasil foi feito pelos paulistas que recuaram o meridiano divisor de Alexandre VI, chegando-se a pro-

clamar mais tarde que “*a história de S. Paulo seria também a história geral do Brasil*”.

A prosperidade da primeira missão determinou nova entrada, em 1553, em que vieram o padre José de Anchieta e cinco companheiros. Em 1554 subiram aos formosos campos de Piratininga, “*terra cheia de rosas, cheia de lírios brancos*”, e, em 25 de Janeiro, em “*paupérrima e estreitíssima casinha*”, celebrou-se a primeira missa.

Nessa palhoça de 14 passos por 10, estavam ao mesmo tempo a escola, a enfermaria, o dormitório, o refeitório, a cozinha, a dispensa. Era reitor o padre Manuel de Paiva; o irmão António Rodrigues, que sabia bem o tupi, ensinava os quinze batizados e alguns catecúmenos; Anchieta, regente do Colégio, ensinava aos outros irmãos o latim, o português e o castelhano e aprendia a língua do país.

Excêlente então a pedagogia de Anchieta, êsse lírio cristão, que se santifica para poder santificar. Jovem, metido na sua “*sotaina de canhamo tingido de preto, que fizera êle mesmo com retalhos de velas náuticas*”, ensina latim e humanidades aos seus irmãos e a alguns moços de fóra, escreve uma gramática e um dicionário da língua brasílica, um compêndio da doutrina cristã, um tratado de interrogações e avisos; faz prêgações, compõe diálogos para os índios, ajuda-os a fabricar as palhoças, e faz de barbeiro e médico e espalha, pelas cabanas, os filhos dos índios, aos quais ensina cantilenas indígenas com frases cristãs, para converterem os pais.

Emprega as horas do dia nos labores do ensino; reserva a noite para, na falta de livros, tirar das lições ditadas tantas cópias quantos os discípulos. Compõe diálogos simples, hinos, cânticos e autos para corrigir os maus hábitos dos colonos. Chegou a escrever mais de setenta cânticos em língua tupi e dous volumes de canções castelhanas e portuguesas.

Compõe versos em tupi, ensinando-os aos meninos, que vão à tarde, em procissão pelas ruas, dansando o seu cateretê e cantando versos em louvor à Virgem Maria. D. Pedro II, estando em Roma, obteve essas canções infantis; delas é a seguinte quadra:

*Oh! Virgem Maria,  
Tupan cy êté,  
Aba pe ara pora  
Oicó endê yabé.*

Isto é: “*Virgem Maria, mãe de Deus verdadeiro, os homens dêste mundo estão tão bem convosco.*”

Faz os meninos representarem dramas no pátio do Colégio.

Eis a descrição que Anchieta faz das aldeias dirigidas por êle ou seus missionários :

«Têm os padres, nestas aldeias, suas cazinhas cobertas de palhas, bem acomodadas, e igrejas capazes onde ensinam aos índios as cousas necessárias à sua salvação; lhes dizem missa e ensinam a doutrina cristã duas vezes por dia, e também em cada uma ensinam aos filhos dos índios a ler, escrever, contar e falar português que aprendem bem e falam em graça, e ajudar às missas e desta maneira os fazem polidos e homens.

«Em uma delas lhes ensinam a cantar e ter seu còro de canto e flauta para suas festas e fazem suas dansas à portuguesa e quando fazem estas danças, põem um diadema na cabeça de penas de pássaros de várias côres e desta sorte fazem suas festas muito aprazíveis e que dão contento e causam devoção por serem feitas por gente tão indômita e bárbara, mas pela bondade divina e diligência dos nossos, feitos já homens polidos e cristãos.»

Começou-se pois, o ensino paulista, com os filhos de Loiola. O método de ensino dos jesuitas di-lo o "Institutum Societatis Jesú", 1777, é não ter método, porque o missionário da Companhia, contanto que se não desvie da norma geral que lhe é traçada — de procurar a glória de Deus e a salvação do próximo — pôde e deve adaptar-se ao meio e à época em que vive.

Em 1759 foram os jesuitas expulsos do Brasil, extinguindo-se o trabalho das seis missões que tinham em São Paulo.

---

A metrópole não cuidava de instrução em nosa terra. Havia aquí o ensino particular, nem sempre bom. Assim é que em 1768, dom Luiz António de Sousa, governando S. Paulo, diz em documento :

«Ordenei à Câmara desta Cidade me propozesse três pessoas capazes, e de melhor letra, para delas escolher uma para pôr escola pública de ler, escrever e contar, e sendo proposto em primeiro lugar José Carlos dos Santos Bernardes, em quem se reconhecem tôdas as circunstâncias e requisitos necessários para o d.º emprêgo, e esperar dele continue daqui em diante no bom aproveitamento dos meninos, com que, digo, dos meninos, como té agora se tem observado: Hei por bem prover (como

por esta o faço) ao d.<sup>o</sup> José Carlos dos Santos Bernardes no referido emprêgo de Mestre de Escola pública desta Cidade, sem mais estipêndio, que o q. houver dos meninos que ensinar, com obrigação de observar os Estatutos, que com esta lhe serão dados para o bom regimen da sua Escola, e melhor aproveitamento dos aprendizes, a quem tratará como em razão de suas pessoas merecerem. Pelo que ordeno ao Ministro a que tocar, deixe ao dito exercitar êste emprêgo, havendo dele juramento, na minha presença de cumprir com as obrigações que lhe competem, e aos officiais da Câmara ordeno mandem fechar outras quaisquer escolas desta Cidade, cujos mestres não apresentarem Provisão minha, para que, com esta cautela, não suceda recairem tais emprêgos em pessoas tais, que os não mereçam, etc.»

Eis um trecho da provisão de D. João V, resolvida em 19 de dezembro de 1815 e passada em 18 de julho de 1816:

«Hei por bem criar na sobred.<sup>a</sup> Vila (Lorena) uma Cadeira de Primeiras Letras com o ordenado de 60\$ rs. por ano; uma igual Cadeira em cada Vila dessa Capitania, q. já a não tiver, com o ordenado anual de 50\$ rs., e duas Cadeiras nessa Cidade (S. Paulo), incluída a que já tem, com o ordenado cada uma de 100\$ rs. por ano. O que mando participar-vos p. a q. pondo-se a concurso sejam na fórma das Minhas Reais Ordens providas em pessoa de melhor conduta e saber».

O império nos deu o Curso de Ciências Sociais e Jurídicas em São Paulo, por lei de 11 de agosto de 1827. Para admissão de alunos, exigia-se a idade de 15 anos completos e aprovação em exame da língua franceza, gramática latina, retórica, filosofia racional e moral e geometria. Essas matérias foram mais tarde aumentadas. Para o ensino dos preparatórios foi o Govêrno autorizado a criar as respectivas cadeiras.

Há uma provisão de 29 de abril de 1828, da qual são êstes trechos:

«D. Manoel Joaquim Gonçalves d'Andrade, etc.» «Que tendo de prover-se a Escola de Meninas novamente criada nesta Cidade, em observância da Lei de 15 de outubro de 1827, em pessoa de capacidade, zêlo e conhecimentos, e concorrerem estas circunstâncias na de Benedita da Trindade e Lado de Cristo, que foi examinada e aprovada na conformidade da mesma Lei, perante mim e o Con-

selho do Governo: A Nomeio, e Provo (como por esta faço) na reiferida Escola, com o ordenado de 300\$000, etc.» — Esse ordenado é anual.

Eis o texto da lei com que o Império nos deu as primeiras escolas primárias:

«D. Pedro I, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súbditos que a Assembléia Geral decretou, e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º — Em tôdas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

Art. 2.º — Os Presidentes das Províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Câmaras, enquanto não tiverem exercício os Conselhos Gerais, marcarão o número e localidade das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta à Assembléia Geral para final resolução.

Art. 3.º — Os presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais; com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente à Assembléia Geral para aprovação.

Art. 4.º — As escolas serão de ensino mútuo nas capitais das províncias e o serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que fôr possível estabelecerem-se.

Art. 5.º — Para as escolas de ensino mútuo se applicarão os edificios, que houver com suficiêcia nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda Pública e os professores que não tiverem a necessária instrução dêste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.

Art. 6.º — Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos;

preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Art. 7.º — Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e êstes proverão o que fôr julgado mais digno e darão parte ao Govêrno para sua legal nomeação.

Art. 8.º — Só serão admitidos à opposição e examinados os cidadãos brasileiros que estiverem no gôzo de seus direitos — civis e políticos, sem nota na regularidade de sua conduta.

Art. 9.º — Os professores atuais não serão providos nas cadeiras que novamente se criarem, sem exame e aprovação, na fórmula do artigo 7.º.

Art. 10. — Os presidentes, em Conselho, ficam autorizados a conceder uma gratificação anual, que não exceda à terça parte do ordenado, àqueles professores que por mais de doze anos de exercício não interrompido se tiverem distinguido por sua prudência, desvêlo, grande número e aproveitamento de discípulos.

Art. 11 — Haverá escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os presidentes em Conselho, julgarem necessário êste estabelecimento.

Art. 12 — As mestras, além do declarado no art. 6.º, com exclusão das noções de geometria, e limitando a instrução da aritmética só às suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fórmula do art. 7.º.

Art. 13. — As mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos mestres.

Art. 14. — Os provimentos dos professores e mestras serão vitalícios, mas os presidentes em Conselho, a quem pertence a fiscalização das escolas, os poderão suspender, e só por sentença serão demitidos, provendo interinamente quem substitua.

Art. 15. — Estas escolas serão regidas pelos estatutos atuais no que se não opuzerem à presente lei; os castigos serão os praticados pelo método de Lencastre.

Art. 16. — Na província, onde estiver a Côrte, pertence ao Ministro do Império, o que nas outras se incumbe aos presidentes.

Art. 17 — Ficam revogadas tôdas as leis, alvarás, regimentos, decretos e mais resoluções em contrário.

Mandamos, portanto, a tôdas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos 15 dias do mês de outubro de 1827, 6.º da Independência e do Império.

IMPERADOR, com rubrica e guarda.

(L. S.) Visconde de S. Leopoldo.» P

A lei de 15 de outubro de 1827 não deu os resultados esperados. A matrícula, a freqüência e o aproveitamento dos alunos eram mesquinhos e as escolas eram poucas. O Govêrno central se mostrou incapaz de superintender o ensino primário em todo o vasto território brasileiro. E o Ato Adicional de 1834 — visão clara dos estadistas da minoridade — transferiu para as províncias a direção e os encargos do ensino primário.

A 10 de setembro de 1821, o deputado e secretário do Interior do Govêrno Provisório de S. Paulo, cel. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, apresentou uma memória sôbre a reforma da instrução e a criação de uma escola normal, sendo aprovada, mas não realizada.

Instalada em 1835 a Assembléia Provincial, criada pelo Ato Adicional, parece que, numa sessão, o padre Diogo António Feijó lançou a idéia de se fundar uma escola normal. Mas só a 20 de janeiro de 1843 aparece o primeiro projeto dos drs. João da Silva Carrão e José Inácio Silveira da Mota.

Esse projeto, modificado, se converteu na lei 34, de março de 1846, de que estraimos algumas disposições: O programa primário constava de leitura, escrita, aritmética até proporções, noções de geometria prática, gramática e religião. A secção feminina tinha prendas domésticas, mas não geometria e a aritmética ia só até as quatro operações sôbre inteiros.

O provimento das escolas era feito por concurso. O ordenado era de 400\$ a 500\$ nas cidades, 300\$ a 400\$ nas vilas, 250\$ a 300\$ nas outras povoações.

O professor particular precisava apresentar provas de bons costumes e, sendo estrangeiro, a de conhecer a gramática portuguesa e falar corretamente o português.

Em cada povoação a inspeção das escolas públicas e particulares era feita por uma comissão composta de três cidadãos, residentes no lugar: um nomeado pelo Govêrno e dous pela Câmara

Municipal, sendo um, sacerdote. O Governo poderia multar ou dissolver a comissão negligente do omissa.

Criava-se a escola normal na Capital, sob imediata inspeção do Governo. A gratificação anual do professor era de 1:500\$000.

O regulamento, baixado a 25 de setembro do mesmo ano, estatua as horas de abertura e encerramento das aulas, a divisão dos alunos em decúrias, a punição com a fêrula e os exames antes das férias.

Baseado nas leis n.º 24, de 2 de julho de 1850 e n.º 10, de 7 de março de 1851, o presidente dr. José Nabuco de Araújo expediu o regulamento de 8 de novembro de 1851, criando a Inspeção Geral da Instrução Pública, para:

- a) servir de centro e intermédio de tôda a correspondência com o Governo Provincial;
- b) manter a disciplina em tôdas as escolas da Província;
- c) fazer observar nelas as leis, regulamentos e decisões do Governo.

Foi criado um Conselho para dar pareceres quando reclamados e propôr o regime dos estudos e os livros a serem adotados ou proibidos.

Para inspetor geral foi nomeado o senador do Império, dr. José Inácio Silveira do Mota, que parece não ter tomado posse; substituindo-o, o dr. Mendonça Pinto, lente de história e geografia do Curso Anexo à Faculdade de Direito, entrou em exercício a 14 de fevereiro de 1852 e foi efetivado no cargo a 22 de abril.

De seu relatório feito quasi em seguida constam estas informações: 1 escola normal na Capital; 2 liceus de instrução secundária em Taubaté e Curitiba; 2 seminários de educandas na Capital; 24 cadeiras de francês e latim, das quais 14 providas; 115 escolas primárias masculinas, sendo 98 providas; 54 femininas, sendo 49 providas; o Colégio Ituano com 13 alunos, e o Seminário das Educandas, com 5, ambos em Itú, com a subvenção anual de 800\$ cada um — Matrícula de alunos: cursos secundários — 275, primários masculinos — 1.530 e femininos — 488; particulares — incerto (600 ou 2.474).

Sendo então a população livre de 333 mil almas, os indivíduos que recebiam instrução estavam na relação de 1 para 57, confronto honroso com a Europa, onde na Inglaterra a relação era de 1:7; na Belgica, 1:10; Prussia, 1:70; Portugal, 1:80; Grécia, 1:116; Rússia, 1:700.

Nenhuma província marchava na frente de São Paulo, pois êste applicava na instrução a quarta parte do orçamento que era de 86 contos de réis.

A Escola Normal de 1846 se destinava só aos homens; tinha um só professor, o dr. Manuel José Chaves, catedrático de filosofia e moral no Curso Anexo à Faculdade, o qual, empossado a 24 de outubro de 1846, ocupou uma sala do Cabido, contígua à Sé Catedral.

Parece que só formou quarenta professores até 1866; em 1867, foi suprimida, e jubilado o dr. Chaves. Eis o motivo da escassa freqüência, na opinião do dr. Mendonça, inspetor geral:

«Ora, não é gratificando-se com mesquinhos vencimentos de 300\$ a 400\$000 anuais que poderemos atraí-los para o magistério, sobretudo numa região fértil de recursos como S. Paulo, onde tão fácil é a vida e mais vantagens se colhem ensinando num colégio particular.»

As professoras eram tiradas do Seminário das Educandas. A órfã, completando 18 anos e não se casando ou não se empregando como criada, "*seria provida na primeira cadeira de primeiras letras para o ensino de meninas que se vagasse na Província, independente de exame estabelecido por lei para tais provimentos*", diz o Rg. de 7 de janeiro de 1845. A lei de 7 de maio de 1815, elevava a idade de 18 para 25 anos.

Houve uma lei criando uma escola normal no Seminário das Educandas, mas foi revogada em 1856, sem se instalar a escola, mas ali ficou um simulacro.

Em 1868, a Assembléia votava uma lei pela qual se nomeava o professor por um exame perante uma comissão e em presença do presidente da Província e do inspetor geral da Instrução. Eram os *professores de palácio*, em geral com preparo deficiente, tornando-se o mestre-escola figura obrigada de comédia. O dr. Francisco Aurélio de Sousa Carvalho, nomeado inspetor geral em 1873, procurou tornar mais rigorosos os exames. Em seu primeiro relatório diz:

«O ensino público não inspira a menor confiança e nem póde tornar-se proveitoso, porque a corporação docente, em sua generalidade, ou é incapaz, ou vive desviada de suas funções magisteriais e entregue a ocupações de outra ordem.»

Na escola dêsse tempo os alunos estudavam as lições durante as cinco horas de aula e o professor ou um aluno adiantado as tomava à ultima hora, armado de palmatória. Era um vozerio confuso: cantava-se a taboada, fazia-se exercício de soletração e decoração em voz alta. Os castigos físicos eram comuns: a vara de marmelo, o coque, o puxão de orelhas, o ajoelhar sôbre grãos

de milho; a prisão no recreio e após as aulas, os xingamentos não faltavam.

O método de leitura era a soletração: davam-se a carta do A. B. C., as cartas das sílabas, as cartas dos nomes e as cartas de fóra ou manuscritas; depois o Silabário português, a Cartilha da Doutrina Cristã, a gramática de Coruja.

A escrita começava com os debuxos de pausinhos, depois de letras; mais tarde davam-se os traslados.

As contas eram passadas nas ardósias para fazer em aula ou em casa. Decorava-se a taboada e para repeti-la, ficavam os alunos em semi-círculo, havendo o "*argumento a bolo*".

O dr. Mendonça Pinto foi inspetor geral da Instrução durante 21 anos. Em 1873, seu sucessor fez seu 1.º relatório. Havia 508 escolas primárias, 312 masculinas e 196 femininas; das primeiras, providas 263 com a matrícula de 9.505 e a frequência 6.866; da segunda, providas 263 com a matrícula de 5.232 e frequência 4.206. Matrícula geral 14.737 e frequência 11.072. Em 21 anos as escolas quasi triplicaram (147 : 437) e a matrícula foi sete vezes maior (2.018 : 14.737). Das cadeiras de francês e latim, que eram 24, das quais 14 providas, só restava uma, em Itú. — Havia 12 colégios particulares, todos no interior.

Sendo a população livre de 825.000 almas e a escrava de 75.000, total 900.000, havia uma escola para quasi 1.800 habitantes, quando na França, Inglaterra, Italia, Holanda, Bélgica, a relação era de 1 : 500, na Alemanha 1 : 300, e nos Estados Unidos 1 : 160.

A província despendia com a instrução 380 contos de réis, mais da 6.ª parte da renda orçada.

O programa era o mesmo de 1846, só tendo a mais o sistema métrico. E os alunos saíam da escola "*mal sabendo ler*", devido à desídia e falta de preparo dos mestres e instalações adequadas.

Graças aos esforços do dr. Francisco Aurélio, inspetor geral, e proposta do dr. João Teodoro, presidente da Província, a Assembléia votou a lei n.º 9, de 22 de março de 1874, criando uma escola normal na Capital, e estabelecendo a obrigatoriedade do ensino.

A Escola Normal, instalada a 16 de fevereiro de 1875, numa sala do Curso Anexo à Faculdade de Direito, destinava-se aos moços e tinha um curso de dous anos, começando com 33 alunos, dos quais nove *professores de palácio*.

A primeira cadeira, regida pelo dr. Paulo António do Vale, constava de: línguas nacional e francesa; aritmética e sistema métrico; caligrafia; doutrina cristã; metódica e pedagogia, com exercícios práticos nas escolas da Capital. — A 2.ª cadeira regida pelo dr. Américo Ferreira de Abreu, constava de: noções de história

sagrada e universal, inclusive a do Brasil; geografia, especialmente do Brasil; elementos de cosmografia.

Faziam-se aí freqüentes sabbatinas orais: eram sorteados ou designados 12 alunos, ficando 6 argüentes num banco e 6 defendentes noutro fronteiro, e trocando-se depois os papeis.

Em 1876 havia 4 cadeiras: 1.<sup>a</sup>) Língua nacional e aritmética — dr. Melquíades da Boa Morte Trigueiro; 2.<sup>a</sup>) Francês, metódica e pedagogia — dr. João Bernardes da Silva; 3.<sup>a</sup>) cosmografia e geografia — dr. Américo Ferreira de Abreu; 4.<sup>a</sup>) história sagrada e universal e noções gerais de lógica — dr. António Augusto de Bulhões Jardim.

Esses docentes lecionavam o curso normal feminino instalado numa sala do Seminário da Glória.

A matrícula das 2 secções era 149. Dos 75 moços passaram para o 2.<sup>o</sup> ano 12 e dos 25 do 2.<sup>o</sup> formaram-se 20.

Em 1877 foram anexadas à Escola Normal as escolas dos professores Geraldino da Silva Campista e de d. Catarina Amélia do Prado Alvim.

A Escola Normal de 75 durou pouco mais de três anos, diplomando 27 alunos e 17 alunas. Como a Assembléa, ao criá-la, não votasse verba para instalação e custeio, e estando a escola, sem casa; com mobília emprestada, salvo alguns bancos; só com três professores, dous poucos assíduos; sem mapas, cartas, globos e outros aparelhos; com freqüência reduzida, o presidente da província, dr. João Batista Pereira mandou fechá-la por ato de 9 de maio de 1878, efetuando-se o fechamento a 30 de junho.

Em 1878 os vencimentos anuais dos professores primários eram: para cidades — 850\$, vilas — 750\$, freguezias e bairros — 650\$, Capital — 950\$. O Govêrno dava a mobília e o professor pagava a casa e outras despesas. Com 667 escolas providas, a dotação para a mobília era de 4 contos, quando devêra ser de 50 contos. O presidente se revolta contra êsse estado de cousas: "*Por isso se vê, ao lado da escola pública despovoada, a particular bem frequentada*". E "*os professores públicos são os mendigos do funcionalismo*".

---

Em 1879 foi elevado a presidente da Província o dr. Laurindo Abelardo de Brito, ex-aluno da escola normal de 1846. Esforçando-se êle pela reabertura da normal, por uma reforma de ensino, junto à Assembléa, ésta deu a lei 130, de 25 de abril de 1880.

A Escola Normal inaugurada a 2 de agosto de 1880, ficou com três anos; tinha um diretor independente e as aulas eram mixtas.

O programa compreendia 10 matérias em 5 cadeiras: 1.<sup>a</sup>) gramática e língua nacional — dr. Vicente Mamede de Freitas, diretor; 2.<sup>a</sup>) aritmética e geometria — Dr. Paulo Bourroul; 3.<sup>a</sup>) história e geografia — dr. José Estácio Correia de Sá e Benevides; 4.<sup>a</sup>) pedagogia e metodologia — Dr. Inácio Soares de Bulhões Jardim; 5.<sup>a</sup>) francês, física e química — dr. José Bento de Paula Sousa, que foi substituído pelo dr. Paulo Bourroul, sendo a vaga dêste ocupada pelo dr. Godofredo José Furtado.

Criou-se um curso anexo de preparatórios, a cargo do dr. António da Silva Jardim e de d. Catarina Amélia do Prado Alvim, com êste programa: leitura e gramática portuguesa elementar; caligrafia e ortografia; aritmética elementar e sistema legal de pesos e medidas; elementos de geografia e cosmografia; rudimentos de francês; prendas domésticas (para o sexo feminino); instrução moral e religiosa.

Em 1881, a Escola Normal foi transferida do edifício do Tesouro Provincial para o sobradão da rua da Boa Morte, 39. Nesse ano formaram-se 6 professores.

Ainda nesse ano, o dr. Bourroul, indo à Europa, lá comprou um laboratório igual ao das escolas normais da França; o resto dos seis contos de réis que recebeu do Govêrno para isso, empregou-o na compra de 200 volumes para a biblioteca da escola.

Em 1883, foi nomeado por concurso, para a cadeira de português, o dr. António da Silva Jardim, que venceu o prof. Júlio Ribeiro, acatado filólogo e polemista.

Silva Jardim foi o primeiro grande didata que teve S. Paulo. Afastando a gramatiquice, ensaiava os alunos na produção literária, fazendo-os lerem e comentarem noticiários de jornais, dando-lhes exercícios de elocução e leitura expressiva, interpretação e apreciação das belezas literárias; publicou um folheto sôbre o ensino da língua materna e introduziu no ensino da leitura das nossas escolas o método de silabação, de João de Deus, que veio substituir a horrível soletração. Em 1886 foi convidado pela província do Espírito Santo para alí fazer, por meio de conferências, a propaganda do novo método do ensino de leitura.

“Falta de professores, falta de escolas, falta de alunos”. Havia 646 escolas masculinas, 493 providas, com 13.972 meninos; e 393 femininas, 343 providas, com 9.273 meninas. Isto é, 1.039 escolas e matrícula 23.245. — Vencimentos anuais: cidades — 850\$, vilas — 750\$, freguezias e bairros — 650\$; a sala de aula por conta do professor. Falta de mobília e desconhecimento completo de material técnico.

As lições de pedagogia eram preleções acadêmicas. Em 1887, o diretor da Escola Normal, cônego Manuel Vicente da Silva, dizia que, sem embargo de haver um laboratório de física e quími-

ca, o ensino dessas matérias era puramente teórico; felizmente foi nomeado preparador o estudante João Pinheiro da Silva, mais tarde presidente do Estado de Minas, o qual fez o ensino prático.

---

A Escola Normal de três anos formou bons professores, mas excessivamente modestos e tímidos; o programa era pequeno, e isso permitia um preparo sólido. Um dos grandes defeitos foi a falta de prática nas escolas de aplicação, pois as existentes não eram visitadas pelo professor de pedagogia e seus alunos.

---

Feita a República, Rangel Pestana, pela "A Província", propugnava por uma nova reforma da instrução e, por sua indicação, a 13 de janeiro de 1890, era nomeado o dr. António Caetano de Campos, para diretor da Escola Normal.

A 12 de março de 1890 surgiu a reforma da normal. Por ela havia dez cadeiras: duas de língua portuguesa, duas de aritmética, álgebra, geometria e escrituração mercantil; duas de geografia, cosmografia e história do Brasil; física e química; economia política e educação cívica; organização e direção de escolas; biologia. E quatro aulas: caligrafia e desenho; ginástica e exercícios militares; música, solfejo e canto coral; trabalhos manuais e prendas domésticas.

As escolas anexas foram convertidas em escolas-modêlo. Para elas foram nomeados, por indicação do dr. Horácio Lane, da Escola Americana: d. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, que esteve quatro anos estudando nos Estados Unidos, senhora dos segredos dos métodos de ensino, *professora como não havia melhor na América do Norte*, na frase do dr. Lane, conhecedora de grego e latim e autora de compêndios; e miss Marcia Browne, ex-diretora de uma escola normal em S. Luiz (Massachusetts) e de uma "high-school" em Malden, perto de Boston, ensinando crianças por prazer e vocação, pois era solteira e possuía 250 contos de réis.

O progresso didático das escolas paulistas foi célere com essa trindade maravilhosa. Data daí a introdução da metodologia norte-americana. Pela primeira vez nas escolas primárias brasileiras, se aplicou o método analítico de leitura; o ensino intuitivo nas várias matérias, os aforismos de Pestalozzi e os ensinamentos de

Froebel se inauguraram entre nós; a ginástica animava as classes; foi uma verdadeira aurora em nossa evolução pedagógica.

Eis alguns tópicos que mostram a orientação de Caetano de Campos:

«A pedagogia moderna verificou que ensinar não é encher a inteligência com conhecimentos adquiridos por outrem. Isso é puro trabalho de memória e esta falha. É indispensável acostumar o menino a refletir, dirigí-lo de modo a fazê-lo descobrir por seu próprio esforço as verdades que lhe são necessárias. O mestre é um guia. Educar vem de «Educere» — conduzir.

«A meditação sobre as ciências naturais, isto é, o conhecimento do mundo físico que nos cerca, constitue hoje a melhor disciplina mental, porque êsse estudo só deve fazer-se experimentalmente. O menino que se habitua a experimentar será um homem apto em todos os sentidos.

«Todos os meios gráficos de reproduzir a idéia, quer na escrita, quer no desenho, quer mesmo na música e no trabalho manual, que educa obrigando a «fazer», são também meios indispensáveis de preparo intelectual.

«Para êle, o formalismo estreito dos programas desapareceu para dar lugar à escola de ampla investigação — Aquele que descobre é momentaneamente um sábio e o grande poder da sabedoria está em ter descoberto muito.

«O decreto n.º 27 de 12 de março de 1890... deixando à prática o sancionar o que fôr exequível em nosso país, evitou os programas asfixiadores e permitiu a liberdade de tudo experimentar. — Eis por que êsses programas nada devem ter de absoluto e por que chamei de base de programa o estudo que apresento. É na escola-modêlo que a realidade das cousas ressaltará da sua exequibilidade.

Escolas-modêlo... Esta preciosa instituição vai ser o coração do Estado. — A chave de tôda a evolução do ensino escolar, como o concebe o decreto de 12 de março, repousa sobre a prática que devem ter os alunos-mestres na escola-modêlo, mais do que sobre a ampliação do curso superior, com a criação de novas cadeiras!

«A intuição foi o processo que instruiu a humanidade inteira em sua vida intelectual, e deve, em razão do seu alto valor histórico, presidir a elaboração de todos os elementos educativos do homem social e moral, pois, tem por si, a sanção da experiência.

«É nas ciências naturais (física, química, botânica, zoologia, biologia, etc.) que os melhores pensadores têm colhido os elementos de disciplina mental que evidenciou os méritos da intuição como método pedagógico. Já não há empirismo: há ciência na educação do homem.

«Sem o estudo da natureza e das leis físico-químicas e biológicas que a regem, não há mestres que estejam na altura de sua missão. Muitos (que julgam ter estudado no gabinete tais matérias, se não aplicarem praticamente seus esforços à educação da criança, tanto podem chamar-se mestres, como navegantes ou aeronautas. São teóricos.

«É da psicologia da infância que se deve deduzir o melhor modo de ensiná-la.»

O governo Prudente de Moraes se notabilizava. Dizia Caetano de Campos:

«Cabe ao Estado de S. Paulo, inegavelmente a honrosa precedência de haver criado a primeira escola pública do ensino reformador. É fato histórico de nossa restauração mental que dêste fértil torrão partiu o grito de alarma para a reforma dos velhos tipos do ensino.

«Se alguma vez foi verdadeiro o preceito — res, non verba — é esta a ocasião de demonstrá-lo. Uma pequena lei e uma grande aplicação. Enquanto outros cogitam de traçar no papel uns detalhes talvez muito sábios, mas mui provavelmente inexequíveis, São Paulo pôs mãos deliberadas na formação dos moldes, e em poucos meses apresenta o resultado do seu esforço.»

De fato. Foram encomendados mobiliários na Europa e Estados Unidos; os duzentos contos de réis destinados a uma catedral foram empregados na construção da Escola Normal da Praça da República (hoje Caetano de Campos) — Caetano de Campos visitava assiduamente as aulas, e depois trocava idéias com os lentes, fazendo-lhes as sugestões adequadas.

---

Em 1892 era presidente de São Paulo, o dr. Bernardino de Campos, secretário do Interior o dr. Vicente de Carvalho. Devido a êles e ao professor normalista Gabriel Prestes, ex-deputado, surgiu a lei de 8 de setembro de 1892, regulamentada a 27 de

novembro de 1893. Essa lei representa, na opinião de muitos, a obra mais perfeita e acabada que ainda se fez em São Paulo para a organização do ensino público.

Foi êsse período chamado "o período áureo" da instrução, em que reinou mais entusiasmo pelo ensino por parte de professores, alunos e da população. O Secretário e o Presidente visitavam pessoalmente as escolas, assistiam às festas, animavam aos professores e discípulos.

Por essa reforma, as cadeiras da Normal passaram de 10 para 17, acrescentando-se: inglês, alemão, anatomia e fisiologia, psicologia, astronomia, mecânica e agrimensura.

Foram criadas escolas complementares, ginásios e mais três escolas normais, a Escola Politécnica, o Conselho Superior de Instrução Pública e as inspetorias distritais.

A 8 de fevereiro de 1893, foi nomeado secretário do Interior o dr. Cesário Mota Junior, que tanto relêvo deu ao seu cargo. Nesse ano decretou-se a lei 169, de 7 de agosto, que aumentou o curso da escola normal para 4 anos, estabeleceu o programa dos ginásios e cuidou da expansão do ensino primário e secundário.

Em fins de setembro foi nomeado diretor da Escola Normal o normalista Gabriel Prestes, então deputado. Tendo sido antes nomeado lente de astronomia o prof. José Feliciano de Oliveira, eram já dous normalistas que começavam a se destacar nas posições magisteriais.

Miss Browne viajou para os Estados Unidos e foi substituída pelo prof. Oscar Thompson na direção da Escola Modelo, o qual fez "*uma escola brasileira para criança brasileira*" tornando-se as classes homogêneas e o trabalho sistemático e regular.

Fundou-se então a revista "*A Escola Pública*", divulgando os métodos empregados na escola-modêlo, com lições de linguagem, aritmética, ciências naturais, etc. Surgiram também algumas obras didáticas obedecendo à nova orientação.

À Escola Modelo, por ordem de Cesário Mota, iam praticar os professores da Capital e do interior.

A 2 de agosto de 1894 instalou-se a Escola Normal no faustoso edifício da Praça da República. Aquí Miss Browne dirigiu outra escola modêlo, continuando na do Carmo o professor Oscar Thompson.

Em 1894 instalaram-se os grupos escolares de São Roque, Itú, Areas, Amparo, Tietê, Iguape, Ubatuba, o ginásio oficial da Capital e a Escola Politécnica.

O ensino primário constava do curso preliminar com cinco anos de estudo e do curso complementar com quatro. Sendo êste um verdadeiro curso secundário e havendo falta de professores, o complementar teve o direito de diplomar professores.

A escola complementar tinha as seguintes matérias: 1.º ano: português, francês, aritmética, geografia do Brasil, história do Brasil, caligrafia, desenho e exercícios de ginástica; 2.º ano: português, francês, álgebra, até equações do 2.º grau inclusive, escrituração mercantil, geometria plana e no espaço, educação cívica, desenho e exercícios militares; 3.º ano: português, elementos de trigonometria e mecânica, cosmografia, geografia e história geral, trabalhos manuais e exercícios ginásticos; 4.º ano: física, química, história natural, noções de higiene, economia doméstica e exercícios ginásticos.

Em 1895 instalaram-se: a Escola Modelo da Luz, indo para sua direção Miss Browne, que já dirigira duas outras; em Itapetininga, a primeira Escola-Modelo do interior; os grupos escolares de Guaratinguetá, Lorena, Paraibuna, Pindamonhangaba, Ribeirão Preto, S. Luiz do Paraitinga, Tatuí. Foram elevados a 40 os inspetores distritais.

Em 1896: O Jardim da Infância anexo à Escola Normal da Praça da República; equiparados ao Ginásio Nacional, os ginásios oficiais da Capital e de Campinas; a quarta Escola-Modelo, a Escola Maria José, na Capital, sendo o prédio doado pelo dr. Fernando de Albuquerque; os grupos do Sul da Sé, Santa Efigênia e 2.º do Braz, na Capital, e os de S. José dos Campos, Sorocaba, Taubaté, Vila Bela. Havia então 29 grupos escolares e 7 em via de instalação.

Nesse ano Miss Browne partia definitivamente para os Estados Unidos. Aparecia a *Revista do Jardim da Infância*.

Em 1897 as escolas complementares da Luz, na Capital, de Piracicaba e de Itapetininga; os grupos de Bragança, 1.º de Campinas, Espírito Santo do Pinhal e 1.º de Piracicaba.

Nesse ano o dr. Alfredo Pujol extinguiu as quarenta inspetorias distritais e criava uma Inspeção Geral do Ensino, com um inspetor geral (que foi, em 1898, o dr. Mário Bulcão) e dez inspetores residentes na Capital, aos quais cabia a inspeção técnica, ficando a fiscalização a cargo das câmaras municipais.

De 1898 a 1906 a obra de reorganização do ensino estacionou, pois os trabalhos de administração e fiscalização absorviam a Inspeção.

Durante êsse período foram instalados na Capital o 1.º e o 3.º grupos escolares do Braz em 1898, o da Alameda do Triunfo e o Bela Vista em 1900, o da Barra Funda em 1903, o do Arouche da Liberdade e do Pará em 1905. E no interior: os de Bananal, 2.º de Campinas, Faxina, Itapira, Mogi-Mirim, 2.º de Piracicaba, Rio Claro, S. Manuel, 1.º de Santos, em 1900; os de Leme, Limeira, Mococa e Serra Negra, em 1901; os de Sertãozinho, 2.º de Santos e São Sebastião, em 1902; os de Araraquara, 2.º de Am-

paro, Araras, Descalvado, Casa Branca, Jaboticabal e Jaú em 1903; os de Atibaia, Franca, S. João da Boa Vista e S. Simão em 1905; os de Pirajú, 2.º de Jundiá e Pirassununga, em 1906.

Em abril de 1902, surgiu a *Revista do Ensino*, órgão da Associação do Professorado Paulista.

Em 1903, a Escola Complementar da Luz passou para Guaratinguetá e foi criada uma em Campinas.

O decreto de 24 de abril de 1905 aprovou o programa dos grupos escolares, com as matérias desdobradas em lições.

Em 1898 havia cerca de 600 escolas isoladas e 36 grupos escolares; em 1907, cêrca de 1.100 escolas e 76 grupos.

Em 1907, foi nomeado inspetor geral o professor normalista João Lourenço Rodrigues, que publica o primeiro *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, reúne e ouve os diretores de escolas, institue as palestras pedagógicas nos grupos escolares, funda uma escola isolada modelo para a prática dos normalistas, propugna a codificação das leis sôbre a instrução, nomeia um inspetor-assistente na capital para a disseminação dos bons métodos de ensino, elabora os novos programãs primários e fornece os horários-modelo.

Foram instalados: o ginásio oficial de Ribeirão Preto, os grupos de S. João, na Capital e os de Avaré, Caçapava e Itú, em 1907; os de Cambucí e Santo Antônio, na Capital, e os de Porto Feliz e S. José do Rio Pardo, em 1908.

Em 29 de julho de 1907 foram criadas as primeiras escolas reunidas, com a organização dos grupos, porém mais econômicas. Em 1907 instalaram-se as do Belemzinho, Bom Retiro e Avenida Paulista, na Capital e as de Rio das Pedras; em 1908, as da Lapa, na Capital e as de Pedreira, Monte Alto e Indaiatuba.

As escolas isoladas providas eram 1.276, sendo 137 na Capital e 1.139 no interior, fóra as 22 noturnas. Tinha 82.089 alunos matriculados em escolas públicas e particulares e freqüência de . . . . 61.066, estando em 2.º lugar no Brasil, pois o 1.º cabia a Minas com 11.613 matrículas e 66.232 freqüentes.

Em 1909 instalaram-se os grupos escolares da Avenida, Belémzinho, Bom Retiro, Lapa, Santana, Vila Mariana, na Capital e o de Cajurú, completando 90 grupos com 939 escolas. Havia 1.207 escolas isoladas providas e 1.727 vagas.

O número de grupos, de 1898 a 1911, foi 38, 35, 45, 49, 51, 58, 62, 68, 72, 76, 81, 92, 102, 111. O das escolas isoladas providas, de 1898 a 1910: 1.150, 1.050, 534, 629, 102, 616, 730, 865, 1.006, 1.122, 1.321, 1.333 e 1.207.

Os Anuários de 1908-1909 e de 1910-1911 iniciaram a auto-crítica do ensino, trazendo magníficas sugestões dos inspetores, do diretor da Escola Normal e do diretor geral da Instrução.

Em 1909 assumiu a direção geral da Instrução o dr. Oscar Thompson, que organizou definitivamente a inspeção escolar e introduziu, primeiro num grupo escolar e depois nos demais, os métodos e processos de ensino da Escola-Modelo "Caetano de Campos".

Em 1909, já havia 27 grupos escolares funcionando em dous períodos. Em 1909, com o desdobramento de classes generalizou-se o uso, de modo que em 1912 de 56 grupos desdobrados havia 45 com dous períodos que com os 27 perfaziam 72.

Em 1911 foram fundadas as primeiras escolas técnico-profissionais, masculina e feminina, instaladas no Braz. Foram enviados à Argentina dous normalistas que lá aprenderam e depois imprimiram cunho original às novas escolas.

Em 29 de março de 1911 as cinco escolas complementares que de 1903 a 1910 tinham a organização da lei de 1895, isto é, um professor para cada classe, lecionando até doze matérias diferentes — foram transformadas em escolas normais primárias, com 6 cadeiras: português, francês, aritmética, álgebra e geometria; geografia e história; física e química e história natural; pedagogia e educação cívica; e 5 aulas: música, desenho e caligrafia; trabalhos manuais, economia doméstica; ginástica.

Foram criadas as Escolas Normais secundárias de Itapetininga e São Carlos, que com a da Praça formavam três. E foram criadas mais quatro normais primárias: a de Pirassununga e Botucatu, em 1911; a de Casa Branca e a do Braz (Capital) em 1913, perfazendo oito normais primárias.

Em 1912 o dr. Vieira de Melo, inspetor médico-escolar, fundou uma associação para a assistência dentária escolar. Foram instalados então os dispensários: da Luz, a expensas da sra. d. Escolástica Melchert da Fonseca; da Barra Funda, a expensas da sra. baroneza de Duprat; da Bela Vista, a expensas da sra. d. Leonor Tibiriçá Sampáio Coelho. A organização dessas clínicas foi considerada "*única*" no mundo.

Pela lei de 24 de outubro de 1910 foram criadas quatro escolas profissionais: na Capital, uma masculina e outra feminina e em Amparo e Jacaréi.

Em 1911, a convite do dr. Thompson, o dr. Clinton Smith, diretor da Escola Agrícola de Piracicaba, fez conferências sobre o ensino agrícola nas escolas, e 125 grupos escolares se esforçaram nesse sentido. Destacou-se mais tarde o grupo de Itararé, onde o seu diretor, prof. Tomé Teixeira fez os alunos plantarem trigo, moerem-no e fazerem pães, plantarem alfafa, milho, algodão, feijão e árvores frutíferas.

Em 1919 instalaram-se grupos escolares em: Angatuba, Barretos, Brotas e Itaporanga. Foram acrescentadas 85 classes nos outros grupos.

Pela lei de 16 de dezembro de 1912, a cadeira de pedagogia das escolas normais foi desdobrada em três: psicologia, pedagogia e metodologia, o que melhorou muitíssimo o preparo técnico dos professores.

Em 1913 instalaram-se 15 grupos: na Penha (Capital), em Agudos, Baurú, Bebedouro, Bocaina, Boa Esperança, Cruzeiro, Cunha, Itápolis, Mogi Guassú, Salto de Itú, Santa Bárbara, São João da Bocaina, São Vicente e Taquaritinga. Nos outros grupos acrescentaram-se 56 classes e suprimiram-se 14.

O número de escolas isoladas foi, em 1911, de 1.071; em 1912, 1.192; em 1913, 1.175. Grupos havia 115, em 1912; e 130 em 1913, com 1.700 classe. Havia 134.911 alunos matriculados.

Pela lei de 19 de dezembro de 1912 foi criada a Faculdade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo, instalada a 2 de abril de 1913. Hoje sua instalação é das primeiras do mundo. A 17 de fevereiro foi instalada a Escola de Artes e Ofícios de Jacaréi.

Em 1913 eram subvencionados 22 estabelecimentos de ensino, que tinham 7.495 alunos. Entre eles estavam a Escola de Farmácia, a Escola de Comércio "Álvares Penteado", o Liceu de Artes e Ofícios, e o Liceu do Coração de Jesus e a Escola de Surdos Mudos.

Nesse ano foram distribuídas pela Diretoria Geral 13.145 publicações, principalmente livros e revistas e folhetos pedagógicos e instruções metodológicas.

Em 1914 o prof. Ugo Pizzóli, da Universidade de Módena, Itália, veio, por conta do Estado, fazer um curso psico-pedagógico para os alunos da Normal e para os nossos professores, e instalar o laboratório de psico-pedagogia.

Em 1914 o Serviço Sanitário instituiu a inspeção médica-escolar, tendo então examinado 4.036 alunos, 131 professores e 22 empregados.

Foram distribuídas 13.049 publicações entre as quais: "*Revista de Ensino*", "*Como ensinar leitura e linguagem*", "*A Natureza é a Mestra do desenho*", "*Modelo de lições*", "*A música pelo método analítico*", "*Palestras de Parker*", "*Arte de ensinar*", "*Orientação sobre o ensino*", "*Educação das crianças anormais*", "*O método direto*", "*Festa das Aves*", "*Laboratório de pedagogia experimental*", "*Anuário do Ensino*", programas, etc.

Instalaram-se 20 novos grupos escolares: os de S. Joaquim e 2.º da Moóca, na Capital; os de Igarapava, Ituverava, Piracaia, Porto Ferreira, Santa Rita do Passa Quatro, 2.º de Sorocaba, Ibitinga, Itatinga, Lençóis, Orlandia, S. Bernardo, Tambaú, Perei-

ras, Bariri, 2.º de Jaú, Monte Mór, 2.º de Ribeirão Preto e Curralinho, perfazendo 150 grupos com 1.075 classes. Havia 11 escolas-reunidas e 1.265 isoladas. Matrícula geral: 152.613. Estabelecimentos particulares: 389; municipais: 351; federais: 3.

Em 1015, instalaram-se mais 10 grupos, perfazendo 160: em Pitangueiras, Santa Cruz do Rio Pardo, Queluz, Vila Macuco, 3.º de Taubaté, Caconde, Itaberá, Santa Branca, S. Bento do Sapucaí e Campos Novos de Paranapanema. Tinham 2.204 classes. Eram 1.414 escolas isoladas. Matrícula geral: 168.245.

Foram distribuídas 18.646 publicações, entre as quais as já citadas e mais: *Exercício de ambidextria*, *Hinos escolares*, *Discursos sobre o ensino*, *Estudos da natureza*, *Aforismos de Pestalozzi*, *Primeiro Congresso Agrícola*, etc.

A 29 de dezembro de 1915 foi remodelado o curso de instrução geral da Força Pública com a secção preliminar e geral para os inferiores, e complementar para os oficiais. Eram estas as matérias: português, francês, matemática elementar, geografia (especialmente a da América e em particular a do Brasil) noções de física e química e noções de direito público e constitucional.

O Almoarifado dispendeu com dotações escolares em 1914 perto de 570 contos de réis e, em 1915, 463 contos de réis.

Em 1916 instalaram-se os grupos escolares: do Ipiranga, na Capital; e os de Aparecida, Brodowski e Convenção de Itú; e em 1917, o de Santa Rosa; todos com 1.254 classes. Havia 1555 escolas isoladas. Matrícula — 159.713.

Foram distribuídas 12.194 publicações. O Almoarifado gastou 500 contos de réis com dotações (livros, móveis escolares, etc).

Pela lei de 30 de dezembro de 1916 a inspeção medica-escolar foi subordinada à Diretoria Geral do Ensino. Eram cinco médicos na Capital, sob a chefia do dr. Vieira de Melo. No interior a inspeção ficava a cargo de inspetores municipais. Foram feitas 1.138 visitas a escolas e internatos, 2.549 a salas de aula, 155 a dormitórios, 7.999 exames médicos individuais, 20.612 inspeções médicas gerais, 3.695 vacinações contra a varíola, 12.249 revacinações, 1.375 preleções sobre higiene individual, e coletiva e pedagógica, expedidos 4.640 boletins médicos, 1.582 boletins dentários, 28 intimações e determinadas 82 evicções.

Havia, na Capital, em 1917, cinco dispensários para a clínica dentária escolar, e no interior, em Lorena, Paraibuna, Amparo e Brodowski, estando em vias de instalação em Pirassununga, Araquara, Jundiá, Tieté e Itú.

O dispensário Maria Teodora Arantes foi transformado em policlínica, com estas clínicas: médica e psicoterápica; cirúrgica

e ortopédica, oftalmológica; oto-rino-laringológica; e dermatológica.

Em 1917 assume pela segunda vez a Diretoria Geral do Ensino, o dr. Oscar Thompson, que era diretor da Escola Normal da Praça.

Diz êle no Anuário dêsse ano:

«A nossa aspiração é fazer escola-nova. Escola-nova para nós, é a formação do homem sob o ponto-de-vista intelectual, sentimental e volitivo; é o desenvolvimento integral dêsse trinômio psíquico; é o estudo individual de cada aluno; é também o ensino individual de cada um deles, muito embora em classes; é adaptação do programa a cada tipo de educando; é a verificação das lacunas do ensino do professor pelas sabatinas e o exame; é o emprêgo de processos especiais para a correção de deficiências mentais; é a educação física e a educação profissional, caminhando paralelamente com o desenvolvimento mental da criança; é a preparação para a vida prática; é a transformação do ambiente escolar num perene campo de experiência social; é a escola de intensa vida cívica, do cultivo da iniciativa individual, do estudo vocacional, da difusão dos preceitos de higiene, e principalmente dos ensinamentos de puericultura; é, em suma, a escola brasileira, no meio brasileiro, com um só lábaro: formar brasileiros, orgulhosos de sua terra e de sua gente.

«Não mais o programa norteará o ensino, mas o tipo de cada aluno será a nova bússola da educação. Fazer para aprender, mas fazer só, assistido, acompanhado do professor, é o processo da escola-nova; fazer tudo, tôdas as lições, todos os exercícios, tôdas as experiências, de maneira que os conhecimentos adquiridos pelo aluno não sejam mais do que resultados de sua própria atividade mental e física. É a **self-activity**, ou melhor, a **self-education** dos anglo-saxões.»

Foi um novo entusiasmo na instrução. O Anuário prégava a escola renovada; a inspeção escolar era sistematizada com os 43 artigos de suas instruções modelares; os inspetores, por meio de palestras e conferências faziam propaganda das linhas de tiro e a da Liga de Defesa Nacional; foi introduzido o escotismo nas escolas, abrindo-se um curso para inspetores e diretores de grudo e distribuindo-se largamente o *Manual do Escoteiro*, de Baden Powell; uma comissão apresentou um trabalho escrito sôbre o ensino cívico.

Havia 170 grupos escolares com 1.724 classes, sendo instalados os de: Regente Fejó, na Capital; os de Santa Rosa, Ipaussú, os grupos-modélo de Botucatu, Guaratinguetá e Piracicbba. Havia 15 escolas reünidas com 82 classes.

Foram criados junto às escolas normais, os cursos complementares preparatórios, com estas matérias: portugûes, francês, aritmética, álgebra, geografia e história do Brasil; educação cívica, leitura comentada das constituições federal e estadual, noções de anatomia e fisiologia, desenho, caligrafia, música e canto, trabalhos manuais, escotismo e ginástica. Criaram-se vários institutos, que não se instalaram.

Em 1918, perfazendo 176 grupos escolares com 2.412 classes, instalaram-se mais 6, em: Araraquara (2.º) Laranjal, Lorena (2.º), Pirassununga (modelo), Monte Azul, Taubaté (4.º). Instalaram-se 16 escolas reünidas perfazendo 31, com 149 classes. Havia 1.595 escolas isoladas e 1.089 particulares.

Foram expedidas 5.901 publicações pedagógicas. Foi atacado o problema da extinção do analfabetismo, do patrimônio escolar, dos padrões de livro didático, e outros, nomeando-se comissões de estudo.

Pela primeira vez, a engenharia de mãos dadas com a pedagogia fez os primeiros planos de edifícios escolares, com a colaboração do engenheiro do Serviço Sanitário e do diretor da Instrução.

Sob a direção do cientista dr. Vital Brasil, foi aberto no Instituto de Butantan um curso de higiene para os diretores de escolas, com êste programa: transmissores de moléstias; parasitas intestinais, moléstias bacterianas; moléstias virulentas; intoxicações; moléstias oriundas de protozoários; água e instalações sanitárias. Constava de parte expositiva, parte prática e visita a todos os institutos de higiene, e foi dado por especialistas notáveis.

Foi regulamentada a lei de 1917, sôbre o ensino particular, melhorando os regulamentos de 8 de novembro de 1851, de 18 de abril de 1869, e o da Consolidação das Leis do ensino. Por êles foi obrigatório nas escolas particulares o ensino de portugûes, geografia e história do Brasil, por professores brasileiros e em língua portuguesa. Encarregou-se um inspetor só dêsse serviço.

Em 1919 foi aberto na Faculdade de Medicina outro curso de higiene para os professores, sob a direção do dr. Darling, cientista da "Rockefeller Foundation" e um médico escolar.

Foi contratada uma missão sueca para reorganizar a educação física. Um inspetor escolar instalou 17 escolas anexas aos quartéis do exercito, para alfabetizar os conscritos. O côro orfeônico foi intensificado nos grupos e escolas normais e publicou-se uma coleção de hinos e cantos escolares.

Funcionaram 187 grupos escolares com um acréscimo de 11 nesse ano e de 8 em começo de 1920. O número de inspetores foi elevado a 25. Foram expedidas 12.966 publicações pedagógicas. Foram criadas mais 5 escolas profissionais, sendo instalada a de Rio Claro em 1920.

A administração do dr. Oscar Thompson marcou era no ensino e muitas realizações ulteriores foram frutos de seus estudos.

Em 1921 assumiu a presidência do Estado o dr. Washington Luis que trouxe programa próprio. Nesse quadriênio foi feito um magnífico recenseamento escolar e racional distribuição das escolas; fez-se o conselho de educação, havendo proveitosas reuniões de autoridades escolares; a inspeção de ensino ficou a cargo de delegados escolares em 15 regiões de ensino, assistidos por 35 inspetores; o escotismo atingiu ao máximo grau, havendo 500 comissões, com mais de 100.000 escoteiros, grandes concentrações no interior, um desfile de 7.000 escoteiros na Capital, e obtendo o escotismo o *grande premio* na Exposição do Centenário da Independência; as escolas complementares passaram a ter três anos, com professores especiais para cada matéria; nas normais, a didática ficou com 10 aulas semanais; foi criada a escola profissional de Sorocaba em 1921; sistematizaram-se rigorosamente as caixas escolares; cuidou-se de modo veemente da freqüência escolar e da sua obrigatoriedade, obtendo-se porcentagens de 100 %; os grupos se elevaram a 199 com 2.141 classes; as escolas reunidas — que são grupos econômicos — subiram a 355, com 1.544 classes; as escolas isoladas foram 1.607; a matrícula . . . . 254.205, a despesa em 1923, mais de 24 mil contos de réis; fizeram-se quasi vinte mil visitas de inspeção.

No quadriênio do presidente Carlos de Campos houve a reforma de 24 de dezembro de 1925. As escolas normais passaram a ter cinco anos, mas as complementares só 2; foram suprimidos os cargos de delegados de ensino e criados os de 5 inspetores gerais, 6 inspetores especiais (música, educação física, trabalhos manuais masculinos, idem femininos, desenho e escolas maternais), havendo 50 inspetores distritais e numerosos auxiliares de inspeção; foi criado o orfeão infantil; estabeleceu-se o concurso para professores leigos interinos; muitas escolas reunidas foram dissolvidas ou transformadas em grupos escolares; os grupos foram classificados em 4 categorias — de 8 a 10 classes; de 11 a 20, de 21 a 30, de mais de 30.

Em 1923 havia 199 grupos com 1.825 classes; em 1924, 200 com 2.322 classes; em 1925, 275 com 3.663 classes. Em 1923, havia 358 escolas reunidas com 1.427 classes; em 1924, 357 com 1.485 classes; em 1925, 235 com 1.004 classes. Em 1923 havia 1.563 escolas isoladas; em 1924, 1505 e em 1925, 1.328. A matrí-

cula foi em 1923, de cerca de 247.000; em 1924, de 269.730; e em 1925, de 275.013. A matrícula nas escolas particulares em 1924, foi de 91.700 em todos os graus; em 1925, de 81.524. A despesa do almoxarifado da instrução elevou-se a quasi 2.500 contos.

Na presidência do dr. Júlio Prestes cuidou-se principalmente da difusão das escolas para atender ao vertiginoso crescimento de São Paulo, e para isso foram criadas e instaladas mais de mil escolas; reduziu-se o curso normal de 5 para 3 anos (exceto no da Praça da República) para fornecer professores mais depressa, instituiu-se o regimen das Escolas Normais Livres, que começaram em número de 26, permitiu-se o ensino aos professores leigos que se sujeitassem a concurso.

Foi remodelada a *Revista do Ensino*; criou-se na Diretoria Geral do Ensino a biblioteca para os professores, iniciando-se com 3.000 volumes; organizou-se um Departamento de Publicidade, para informações e distribuição de livros e folhetos; instalaram-se rádios em todos os grupos da Capital; os 70 inspetores distritais faziam reuniões sistemáticas para discussões sobre ensino; foram criadas escolas profissionais em Ribeirão Preto e Campinas, em 1927.

Em 1927 havia 224 grupos escolares com 4.020 classes; em 1928, 297 com 4.166 classes. O número de escolas reunidas diminuiu de 217 para 214, mas as classes foram 894, mais 41 que no ano anterior. Em 1928, havia 2.684 escolas isoladas providas, mais 1.056 que em 1927. A matrícula em 1928 foi de 345.490 mais 53.490 que em 1927. Funcionaram em 1928 7 escolas profissionais estaduais, que venderam 404 contos de artigos. O patrimônio do Estado, em 1927, em prédios escolares, era de mais de 105 mil contos. Funcionaram 23 dispensários.

O Almoxarifado da Instrução despendeu, de 1924 a 1928, mais de 13.500 contos de réis.

De 1930 a 1933, o período revolucionário forneceu 6 diretores gerais de ensino, além dos interinos e uma abundante legislação escolar.

Suprimiu-se o cargo de inspetores gerais e especiais e criou-se o de assistentes técnicos, número que foi aumentado logo para vinte; esse cargo foi substituído pelo de chefes de serviço; foram restabelecidas as delegacias escolares, mas em número de 22 com 80 inspetores; criou-se uma delegacia especial para o ensino particular com elevado número de inspetores; o curso de escolas normais passou a ser de 4 anos e depois de 7, sendo 5 de curso ginasial e 2 de profissional; criou-se o curso de aperfeiçoamento no Instituto "Caetano de Campos", com 1 ano complementar e 2 profissionais; criaram-se e instalaram-se os ginásios oficiais de Itú, Araraquara, Taubaté e Catanduva; como medida econômica

as substitutas efetivas podiam reger classes em grupos escolares com o ordenado de 250\$; os grupos escolares passaram a funcionar em 3 e em 4 períodos; promulgou-se o Código de Educação; fez-se o reajustamento do professorado; organizou-se a carreira do professor; os vencimentos dos professores primários foram feitos de acôrdo com o tempo de exercício, elevando-se cada cinco anos; instalou-se o cinema educativo nas escolas; organizou-se o serviço de psicologia aplicada; instalaram-se mais de mil escolas isoladas e muitos grupos escolares.

---

Eis a evolução da inspeção de ensino:

De 1846 a 1851 — Comissões inspetoras municipais. Provou mal, pois a responsabilidade, repartida pelos três membros, desaparecia.

De 1851 a 1868 — Inspeção individual, com a divisão da Província em 73 distritos escolares. — Foi o menos ruím dos sistemas; seria bom se o encarregado não fosse leigo e recebesse remuneração.

De 1868 a 1874 — Inspeção cumulativa de inspetores escolares e presidentes das Câmaras Municipais. Freqüentes conflitos de jurisdição.

De 1868 a 1892 — Inspeção coletiva pelos Conselhos Municipais de Instrução Pública — Em certos lugares pessoas inhábéis humilhavam e perseguiam os professores.

De 1892 a 1897 — Inspeção individual, sendo o Estado dividido em 30 distritos. Como a lei exigia para a nomeação que o professor tivesse cinco anos de exercício, não foram aproveitados os novos, que conheciam os modernos processos de ensino de Miss Browne. Mas o recenseamento escolar melhorou, assim como os exames e as festas escolares.

De 1897 a 1921 — O dr. Alfredo Pujol, secretário do Interior, tendo presidido a um congresso de inspetores distritais em 1896, soube que a política os perturbava. Em 1897, pois, deu uma lei que extinguiu essas inspetorias e criava uma Inspeção Geral do Ensino, com um inspetor geral e dez inspetores escolares, residentes na Capital para evitar a politicagem do interior. A fiscalização das escolas ficava a cargo das câmaras municipais, com os seus "inspetores literários".

De 1921 a 1925 — Os inspetores voltaram a residir no interior, sob a direção de delegados regionais de ensino.

De 1925 a 1931 — Suprimidos os cargos de delegados, criaram-se os de 6 inspetores gerais, 5 inspetores especiais para certas matérias e 50 inspetores distritais.

Em 1931 — Suprimiram-se os cargos de inspetores gerais, voltando os de delegados e continuando os de inspetores.

Em 1932 criaram-se os cargos de assistentes técnicos, havendo delegados e inspetores.

Em 1933 substituíram os cargos de assistentes pelos de chefes de serviço.



Foi esta a despesa com a instrução pública, por decênio e arredondada em contos de réis :

De 1835 a 1845: 18, 19, 20, 24, 21, 23, 24, 24, 24, 31.

De 1845 a 1844: 34, 38, 40, 43, 49, 49, 55, 51, 55, 58.

De 1855 a 1865: 62, 77, 87, 80, 80, 96, 90, 90, 100, 118.

De 1865 a 1875: 125, 135, 134, 145, 174, 221, 277, 302, 329, 315.

De 1875 a 1885: 333, 351, 360, 375, 396, 439, 497, 570, 647, 698.

De 1885 a 1895: 775, 794, 970, 931, 1.076, 1.167, 1.490, 2.739, 4.549, 4.053

De 1895 a 1905: 4.572, 5.259, 5.050, 5.479, 5.424, 5.961, ... 6.610 6.663, 5.993, 6.495, 7.661.

Em 1909 foi 8.072; em 1919 foi 15.115; em 1929 foi 57.381 contos de réis, isto é, 5:454\$890 em cada 5 minutos.

De 1926 a 1930 as despesas só com o ensino primário foram, em contos de réis: 38.773, 440.587, 43.254, 48.193 e 53.864, com estas respectivas porcentagens sôbre as receitas do Estado: — 11,9 % — 11,8 — 11,4 — 10,6 — 10,8. O custo anual de um aluno, pela matrícula geral, foi nesses anos: 138\$408, 139\$241, 125\$088, 124\$333 e 150\$950; em relação à matrícula efetiva foi em 1926, de 191\$177 e em 1930 de 202\$385.

Em 1930 cada aluno do ensino normal ficou em 988\$915 e do técnico-profissional em 309\$738.

Em 1930, o Estado, com uma receita orçada de 495.772 contos deu 14,5 % para o ensino, ou 72.253 contos ( fóra as verbas para o ensino agrícola, veterinário, disciplinar e dos oficiais da Fôrça Pública). Os municípios com a receita de 182.598 contos deram ao ensino 4.714 contos ou 2,5 % de receita.

As escolas profissionais mantidas pelo Estado tiveram um movimento de 779 contos, dando, em conta redonda, a Masculina da Capital 142 contos e a Feminina 80; a de Amparo, 173; Campinas, 100; Franca, 65; Ribeirão Preto, 70; Rio Claro, 71 e Sorocaba, 78.



Os vários governos paulistas têm tido em alta conta e amparado o magistério, que vive confortavelmente.

De feito, o professor primário começa com o ordenado de 400\$ mensais, e termina com 750\$; os diretores de grupo ganham de 650\$ a 1:100\$; os diretores de escolas profissionais de 1.200\$ a 1:700\$, os de escolas normais de 1:400\$ a 2:000\$; os inspetores, de 1:000\$ a 1:200\$; os delegados escolares, 1:500\$; os chefes de serviço, 1:800\$; os lentes de escola normal, de 1:000\$ a 1:500\$, além das aulas extraordinárias.

As professoras têm direito a dous meses de licença com todos os vencimentos no período de gravidez. Os professores podem se aposentar, tendo 15 anos de exercício, com ordenado proporcional e tendo 35 anos com todos os vencimentos. Têm direito a dous anos de licença com vencimentos no caso de certas moléstias, e depois, à disponibilidade, com ordenado proporcional. Como sócios obrigatórios da Caixa Beneficente, deixam um pecúlio até 50 contos e durante muito tempo obtiveram empréstimo a 8 % para construção de suas residências, livres de impostos estaduais.

Livres de perseguições políticas, a não ser em casos excepcionais, logo solucionados; com a promoção garantida por concurso de provas ou de notas ou pelo tempo, com fácil acesso aos melhores cargos do ensino que só a eles são destinados; com o melhor conceito por parte do governo e do público, a situação moral e econômica dos professores paulistas é muito lisonjeira.

O ensino paulista tem um justo renome: excelentes leis, conscienciosamente executadas; múltiplas reformas para acompanhar o crescimento de S. Paulo; prédios e mobiliários ricos para as escolas; livros, cadernos e outros materiais gratuitos em abundância para os alunos; mas o segredo desse renome reside principalmente na ação do normalista de S. Paulo.

A seriedade no ensino; o sentimento da hierarquia e de disciplina; o cumprimento fiel das leis e regulamentos; o trabalho rigorosamente dentro dos horários; o preparo que gera as inovações pedagógicas sensatas; o entusiasmo sem interesses de lucro; a bondade, a lealdade, a dedicação apostólica, e a desmedida modestia — são os traços mais salientes dos normalistas de S. Paulo.

Com um preparo sólido, pois as escolas normais sempre foram severas e tiveram programas elevados; dedicados, ordeiros, estudiosos, os professores, pelos seus méritos atraíram a atenção dos vários governos que, apreciando o justo valor dos técnicos normalistas, lhes confiaram todos os cargos do ensino primário, toda a inspeção escolar, todas as direções de escolas normais e escolas profissionais, muitas direções de ginásios, e quasi todas as cadeiras de escolas normais e há 27 anos os diretores gerais de ensino

têm sido normalistas, com exceção de dous, que, aliás, eram professores de educação em escola normal.

Por sua própria conta, muitas vezes, vários normalistas fizeram viagens de estudo ao estrangeiro (profs. Oscar Thompson, João Lourenço Rodrigues e Noemi Silveira aos Estados Unidos; José Ribeiro Escobar à Argentina e Uruguai; Aprígio Gonzaga e Miguel Carneiro à Argentina); fundaram revistas pedagógicas (*A Escola, Revista do Ensino, Educação, Revista dos Educadores*, além de muitas no interior); fundaram associações (Associação do Professorado, Centro do Professorado Paulista, Centro do Professorado Católico, Associação das Professoras e muitas outras no interior); publicaram numerosos livros didáticos, manuais, etc., sendo mesmo São Paulo o centro de irradiação de livros pedagógicos (edições da Cia. Melhoramentos de S. Paulo, Empresa Editora Nacional, etc.)

Aquí vários Estados vieram buscar, entre os normalistas, os reformadores de ensino e os técnicos para dirigir a instrução pública e imprimir um cunho moderno às suas escolas: Orestes Guimarães, em Santa Catarina, onde acabam de lhe erguer um mausoleu; Arnaldo Barreto e um grupo numeroso de auxiliares, nas escolas do Lloyd; Luiz Galhanone no Piauí; Gomes Cardim, pai e filho, e Deodato de Moraes no Espírito Santo; Carlos da Silveira, em Sergipe; Luiz Piza Sobrinho, em Alagoas; Cesar Prieto Martínez no Paraná; Humberto Leal, em Goiaz; Francisco Azzi, Ernesto Sampaio, José Rizzo e outros, em Mato Grosso; Lourenço Filho no Ceará; José Ribeiro Escobar, com seu auxiliares José Scaramelli, Fabiano Rodrigues Lozano e Filomena Bernardo Escobar, em Pernambuco.

São Paulo, permanentemente insatisfeito com a educação pública apesar da sua situação auspiciosa, tem, como os mais adiantados países, problemas a resolver e sonhos a realizar.

As escolas rurais, com professores *rurais*, isto é, amantes do campo e técnicos da agricultura; a extinção do analfabetismo; a construção de prédios para grupos escolares e para escolas isoladas; as chácaras escolares; a disseminação de jardins de infância; as escolas para débeis e anormais; a criação de uma universidade, de mais escolas superiores, e profissionais; a volta dos grupos escolares a funcionar em dous períodos; a instalação de museus centrais escolares, de salas-ambiente, cinema educativo e rádio nas escolas; a adaptação dos melhores processos das várias escolas novas e mesmo a implantação de muitos da escola tradicional; o aumento do número de educadoras sanitárias para atender às escolas do interior; o aumento do número de anos no curso primário; a obrigatoriedade efetiva da frequência; os cursos de fé-

rias, as viagens para aperfeiçoamento do professor; a disseminação de *play-grounds*, de centros puerícolas; de colônias de férias — são alguns dos inumeráveis “desiderata” da instrução paulista.

Sud Mennucci, na sua rápida passagem pela Diretoria Geral do Ensino, legislou sobre a ruralização do Ensino — o mais palpitante assunto da educação brasileira.

---

Damos a seguir a evolução didática em São Paulo, muito sumariamente, pois só um livro inteiro, que faremos, poderá dar idéias desse monumental trabalho dos paulistas.

Nas escolas régias e nas escolas de professores de palácio, ensinava-se só a ler, escrever e contar. O método de leitura era a soletração: davam-se a carta do A. B. C., as cartas das sílabas, as cartas dos nomes e as cartas de fóra ou manuscritas; depois o Silabário português, a Cartilha da Doutrina Cristã e a gramática de Coruja.

A escrita começava com o debuxo de pausinhos, depois de letras; mais tarde davam-se os traslados.

As contas eram passadas nas ardósias para fazer em aula ou em casa. Decorava-se a taboada e para repetí-la, ficavam os alunos em semi-círculo, havendo o “argumento a bolo”.

Durante as cinco horas de aula, os alunos estudavam as lições em voz alta e o mestre as tomava à última hora. Cada decurião ou aluno mais adiantado ensinava e tomava lições de uma turma. Usavam-se a vara de marmelo, a palmatória, o puxão de orelha, o coque, o ajoelhar sobre milho, o pôr em pé no canto, a prisão na hora do recreio e após as aulas, os xingamentos. Nas escolas particulares, a humilhação era maior; as orelhas de burro, o quarto escuro, a privação de alimentos, a exposição do faltoso perante as classes reunidas, o amedrontar com o inferno, etc.

Essa orientação era aliás geral no Brasil.

Em 1883 foi nomeado para a cadeira de português da Escola Normal, o dr. António da Silva Jardim. Foi este o primeiro grande didata que teve S. Paulo. Afastando a gramatiquice, ensinava os normalistas na produção literária, fazendo-os lerem e comentarem noticiários de jornais, dando-lhes exercícios de elocução e leitura expressiva, interpretação e apreciação das belezas literárias.

Publicou um folheto sobre o ensino da língua materna e introduziu no ensino de leitura das nossas escolas o método de silabação de João de Deus.

Em 1890, era nomeado diretor da Escola Normal o dr. António Caetano de Campos, que prégava o ensino concreto, experimental, construtivo, investigativo, os programas flexíveis e o método de ensino que devia surgir da psicologia da infância.

A introdução da metodologia norte-americana data desse ano, com a nomeação, para diretoras das escolas-modêlo, de d. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, que estudou quatro anos nos Estados Unidos, conhecedora dos métodos de ensino desse país, e de Miss Marcia Browne, ex-diretora de uma escola normal e de uma *high-school* nos Estados Unidos.

Os bancos compridos e as mesas foram substituídas por carteiras duplas e individuais. O quadro negro e o giz, o taboleiro de areia, os ricos museus de história natural, as coleções Deyrolle, as carabinas de pau, apareceram em quasi todos os grupos escolares.

E aí eram comuns, a ginástica e os trabalhos manuais (ambas só foram introduzidas na Capital do País em 1926), o ensino intuitivo de diversas matérias e a leitura analítica.

Em 1893 o prof. Oscar Thompson dirigiu a escola-modêlo, fazendo *uma escola brasileira para criança brasileira*, tornando-se as classes homogêneas e o trabalho sistemático e regular.

Fundou-se a revista *A Escola Pública*, com lições-modêlo de linguagem, aritmética, ciências naturais, etc., e publicaram-se alguns livros didáticos, obedecendo à nova orientação. Mais tarde surgiu a *Revista do Jardim da Infância*, propagando as idéias de Froebel.

As lições marcadas no livro e decoradas eram substituídas pela exposição e explicação do professor no quadro negro. O livro era tolerado a princípio, mais tarde permitiu-se apenas o de leitura fundamental e o de leitura suplementar (leitura sobre ciências, história, moral, etc.). A abolição do livro — por causa do abuso da decoração sem entender — foi desastrosa, porque trouxe o uso e o abuso de cousa peor — o apontamento e o ditado.

Em 1896, João Kopke, professor da Escola Neutralidade, fazia uma luminosa propaganda da leitura pelo método analítico ou da sentencição, secundado por Oscar Thompson, que, aprendendo com miss Browne e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, a introduziu em 1902 na Escola Modêlo da Praça e mais tarde em tôdas as escolas paulistas. Esse método teve felizes adaptações em São Paulo.

A intuição era feita em poucas escolas; no geral, o ensino era todo literário e verbalista. O quadro negro era a última palavra no ensino.

Em 1904, Arnaldo Barreto, expunha pela *Revista do Ensino* a nova orientação do ensino de números no 1.º ano, e em 1912

René Barreto publicava a *Matemática Elementar*, onde se ensinavam as quatro operações dentro de cada número, indo-se sucessivamente até o dez. Em 1910 havia-se substituído a lousa anti-higiênica pelo *papel-de-cálculo* (papel de imprensa).

Em desenho a cópia do natural, o ambi-dextrismo foram introduzidos em 1906, mais ou menos, logo depois seguidos do desenho espontâneo.

A música analítica apareceu em 1910, chegando até a ser artigo de uma lei do Congresso o seu uso nas escolas.

A geografia se ensinava, desde 1890, partindo da escola, rua bairro, até à cidade, estado, país, continente, mundo, empregando-se os tabuleiros de areia e a cartografia. A história, no primeiro ano era anedótica, no 2.º biográfica e depois sistemática, utilizando-se os quadros murais.

A escrita há muito era aprendida com frases e com o nome dos alunos desde o primeiro dia, a lapis e depois a tinta; mais tarde se dava a caligrafia como aula especial.

A linguagem se fazia pela descrição de gravuras, de objetos presentes e ausentes, pela interpretação e declamação. Quando se usava a análise lógica muito desenvolvida no ensino primário, empregavam-se os diagramas.

A preocupação predominante do Estado foi ter escolas populares, foi a disseminação do ensino, o aspecto quantitativo, a promoção em massa dos alunos. O normalista, concordando com esse objetivo, mas sem perder de vista o aspecto qualitativo, a função educativa da escola, concorreu com a sua didática para a alfabetização rápida, como o Estado queria.

Houve porisso um zelo especial pela leitura analítica, hoje tendendo a funcional, pela escrita de palavras e frases desde o primeiro dia; pela aritmética conforme a orientação de Gruber (as quatro operações dentro de cada número), e hoje tendendo para as situações vitais. Assim, os primeiros anos são a glória das escolas paulistas. Nem sabemos, no Brasil, de outras classes que tenham eficiência instrutiva e educativa dos nossos primeiros anos de ensino primário.

Falámos apenas dos processos generalizados e sistemáticos e somente de alguns. Mas processos inteligentes experimentaram-se às centenas por vários idealistas: a agricultura nas suas várias modalidades, como a criação do bicho de seda; o ensino de francês pelo método analítico; o ensino simultâneo das frações ordinárias e decimais, etc. Fizeram-se também muitas adaptações de processos em moda no estrangeiro.

Em 1913 apareceu o movimento reformador da escola. Oscar Thompson (A Escola Nova, no Anuário de 1917), José Ribeiro Escobar (em "O Estado de S. Paulo", "Correio Paulistano",

“Gazeta de Notícias e em várias revistas: “Learning by doing”, “Die Arbeitsschule”, e muitas outras monografias) abalavam a escola tradicional, tendo êste último feito conhecer a orientação de Kerschensteiner e de outras da escola nova, então ignorada.

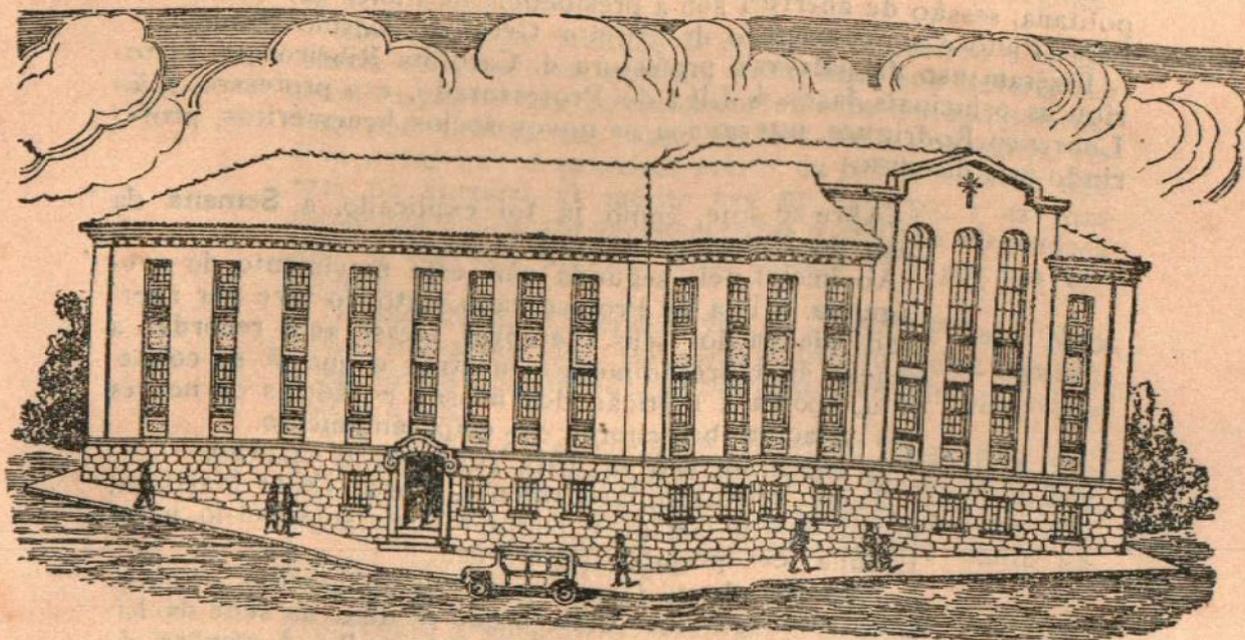
Em dous inquéritos que fez “O Estado de S. Paulo” sôbre a instrução pública, apareceram notáveis trabalhos dos expoentes da nossa pedagogia. Fato digno de registo é ter, no primeiro, Arnaldo Barreto publicado a globalização de lições muito antes de Decroly haver divulgado as suas idéias a respeito.

Em 1926, outro pugilo de professores continuou com aqueles, a propaganda dos novos ideais que agora estão sendo paulatinamente realizados nas escolas. O ensino globalizado já é feito em muitas classes e há mesmo salas onde as carteiras já foram substituídas pelas mesas e cadeiras, tão do agrado dos *ativistas*.

Temos um professorado conhecedor dos segredos das várias escolas novas, mas o nosso espírito conservador vai prudentemente executando o que não possa perturbar as vitórias ganhas em quarenta anos de sinceridade e de progresso.

NOTA: — Aos entendidos no assunto pedimos a gentileza de nos fornecerem os dados necessários para corrigir ou completar êste trabalho feito em circunstâncias particularmente desfavoráveis.

# FATOS E INICIATIVAS



## UM RETIRO PARA PROFESSORES

Já é do domínio público que se trata de indar, nesta Capital, um estabelecimento destinado aos membros do magistério, não só aos velhos e inválidos, que não tiverem o aconchego da família, mas a todos que quiserem passar ali algum tempo compensacionistas ou mesmo como simples hóspedes.

A iniciativa de tal empreendimento pertence à Liga do Professorado Católico. A idéia não é nova, mas os primeiros passos para a sua efetivação ocorreram na diretoria de D. Hilda Leire.

Foi essa Diretoria que promoveu, nos últimos meses de 1929, a bela quermesse do Jardim da Infância, que rendeu para mais de cinquenta contos de réis.

No intuito de incrementar o movimento, a atual Diretoria, chefiada pela professora d. Liduina Ferreira da Silva substituiu, dois anos depois, a Semana da Casa do Professor, tendo por escopo focalizar o empreendimento, divulgar a sua finalidade, organizar-lhe a propaganda. Era então Diretor do Ensino Público o dr. Aureo Filho, mas não foi dele que partiu a sugestão, como disseram equivocadamente, alguns jornais da Capital, mal informados nesse particular.

A iniciativa é da própria Liga do Professorado, e o dr. Lourenço Filho nada mais fez do que acoroçoá-la, dando-lhe o seu apôio e fixando-lhe a época, que seria a primeira semana da primavera.

Em 1931, a Semana da Casa do Professor transcorreu de 20 a 27 de Setembro e terminou com a cerimônia do lançamento da primeira pedra da projetada construção.

No ano passado, o certame deixou de efetuar-se, por motivo da última revolução.

Neste ano transcorreu a 2.<sup>a</sup> semana, observando-se durante ela o seguinte programa:

Dia 16 de setembro, às 20 horas, no salão nobre da Cúria Metropolitana, sessão de abertura sob a presidência de mons. dr. Gastão Liberal Pinto e a presença do dr. Diretor Geral do Ensino Público.

Fizeram uso da palavra a professora d. Carolina Ribeiro que historiou as principais fases da Liga do Professorado, e o professor João Lourenço Rodrigues, que saudou os novos socios beneméritos, preferindo êste discurso:

«Abre-se hoje, como já foi explicado, a **Semana da Casa do Professor.**

Ao iniciar, pela segunda vez, êste movimento de propaganda, a Liga do Professorado Católico teve por acertado que um dos seus membros viesse aqui recordar a gênese do empreendimento, mostrar o que já se conseguiu, apontar à gratidão dos nossos consócios os nomes dos principais benfeitores do empreendimento.

A outro, que não eu, fôra cometido o encargo.

Tendo enfermado, infelizmente, o prof. Cesar Martínez, nosso operoso consócio, coube-me vir substituí-lo nesta tribuna, com prejuizo para vós.

Não me sobrou tempo para fazer trabalho original. Vou repetir, em boa parte, o que já disse na séde da Liga, há dous anos, e por isso me acolho à sombra da vossa benevolência.

O primeiro dos benfeitores da Casa do Professor é, sem contestação possível, o dr. José Carlos de Macedo Soares.

Por doação permanente, feita por escritura pública, outorgou-nos êle a posse do terreno necessário, onde já se fez o lançamento da primeira pedra do edificio. Situação na Vila Mariana, num recanto dos mais aprazíveis da Capital, tem aquele terreno uma área de 6.000 metros quadrados e vale para mais de sessenta contos de réis.

Com o Dr. Macedo Soares abre-se, pois, a galeria dos socios beneméritos da Casa do Professor, o que equivale a dizer, da Liga do Professorado Católico de S. Paulo.

Essa galeria vai ser enriquecida, hoje, com a entrada de outros sócios de igual categoria.

O primeiro deles é d. Almerinda de Mélo. Dado haja aqui quem não a conheça. D. Almerinda de Mélo é a benemérita fundadora das Escolas Populares destinadas às criadas de servir, à gente pobre que, por um motivo ou outro, não póde freqüentar as escolas do Estado. A instituição surgiu em 1910, e, daí para cá a Diretoria já fundou mais de cinquenta escolas dessa espécie, e o que vale mais, as vem mantendo com uma valentia, uma tenacidade que confunde a nós outros, do chamado sexo forte.

Mas, poderá alguém perguntar, que relação tem tudo isso com a Casa do Professor e com a galeria dos seus benfeitores?

Tem muito: d. Almerinda foi a primeira presidente da Liga. Ao fundar, em 1919, a primeira associação de professoras católicas que existiu em S. Paulo, Mons. Emílio Teixeira conhecendo o tino e operosidade de d. Almerinda de Mélo, revelou na administração das suas Escolas Populares, foi bater-lhe à porta para lhe pedir que encabeçasse o movimento. Ele sabia que uma instituição vale o que valem as pessoas postas à sua frente.

D. Almerinda poderia muito bem excusar-se, alegando os seus encargos.

Ela curvou-se contudo à injunção e aceitou a presidência da novél agremiação, numa fase que deveria ser decisiva para o seu futuro. Bateu-se com denodo pela defesa dos direitos da classe. Se nem tudo conseguiu, releve notar que o principal mérito da nossa atuação não está no sucesso. O mérito está no esforço, e as suas consócias souberam reconhecer-lhe o esforço elegendo-a para o segundo período. Essa escolha vale por um veredicto.

Depois de d. Almerinda vem d. Noemí Péres. Não trouxe inovações. Mas trabalhou, trabalhou até se esgotar. Uma dedicação humilde, perseverante, que não aparecia... mas era real.

A d. Noemi Péres sucede d. Minervina Paião Luz. Foi um braço forte ao serviço de uma lúcida inteligência. Seu maior trabalho pela Liga foi a propaganda intensa. Ela conseguiu o máximo de sócias contribuintes, tanto na Capital como no interior.

Na gestão de d. Minervina Paião, a Liga focalizára de preferência a questão da beneficência individual e social. Mas a beneficência é terreno ingrato. Não faltou associada que, tendo contribuído com dez, queria ser beneficiada com cem.

Os cofres da Liga, como os da extinta Associação Beneficente do Professorado, não puderam satisfazer a todos os pedidos de auxílios e empréstimos. Daí uma fonte de descontentamentos e, cousa para lamentar, bom número de deserções.

Para agravar a situação faleceu mons. Emílio Teixeira, que era a alma da obra. A mons. Pereira de Barros, que fôra chamado a sucedê-lo, a Liga deu-lhe a impressão de um organismo profundamente anemiado. Vendo-a na iminência de um colapso, o novo diretor achou que era indispensável infundir-lhe sangue novo e foi então que entraram para a Associação os primeiros professores. A Liga das Professoras Católicas se converte, por esse fato, em Liga do Professorado Católico.

A admissão de homens na Liga foi medida acertada, pelo menos assim o entendeu o seu novo assistente espiritual.

Houve nessa fase sessões movimentadas, com rasgos de eloquência e projetos múltiplos. Não sei bem se é dessa época o projeto da Casa do Professor; posso contudo afirmar que foi então que êle tomou vulto, ganhou con-

sistência. Esquecia-me de dizer que achava-se então na presidência a professora d. Hilda Freire.

Modesta que é, no meio da verbiagem superabundante da época, ela passou despercebida, ficou de algum modo ofuscada.

Sucedia-lhe o mesmo que a Tiradentes, nos primórdios da Inconfidência Mineira, quando se viu entre os poetas e oradores que planejaram aquele movimento emancipador.

Mas d. Hilda teve, nessa altura, um lance que emparelha muito bem com o de Silva Xavier: ela intuiu que era preciso passar da palavra à ação, e foi ela quem promoveu, no correr de 1929, a memorável **quermesse** do Jardim da Infância, a qual rendeu nada menos de 50 contos de réis.

D. Hilda teve naturalmente a lhe amparar os passos as suas companheiras de diretoria, dentre as quais manda a justiça salientar d. Georgina Tripoli e d. Maria Eugênia Mota. Mais ainda, ela teve o concurso de alguns dos consócios da última hora: embora pertencessem ao sexo feio, eles não fizeram feio quando se tratou de agir. Citarei três, entre outros muitos: Cesar Martínez, Cimbellino de Freitas e Teodomiro de Barros. Pena foi que nem todos perseverassem... Já me referi à doação do terreno feita pelo dr. Macedo Soares. Pois bem, foi ainda a diretoria de d. Hilda que conseguiu tal doação.

E eis aí, meus senhores, por que é que d. Hilda Freire, na forma dos nossos Estatutos, entra hoje na categoria dos sócios beneméritos, na bela companhia do dr. José Carlos de Macedo Soares, de d. Almerinda de Melo, de d. Noemi Péres e de d. Minervina Paião. A Cesar o que é de Cesar.

Depois de d. Hilda Freire veio a diretoria chefiada por d. Leduina Ferreira da Silva. Não quero torturar a modestia de nossa atual presidente dizendo tudo quanto ela tem feito de três anos para cá, a bem da prosperidade da Liga.

Sua gestão ficou logo assinalada por uma inovação de indiscutível relevância, a criação de cursos de aperfeiçoamento, destinados aos sócios da Liga ou a outras pessoas que deles quiserem utilizar-se. Temos atualmente aulas de Português, de Inglês, de Alemão, de Literatura, de Filosofia, Psicologia e Pedagogia, Escola-novista e de Pintura, todas elas a cargo de professores de reputação provada; e não estamos, talvez, longe de ter também, um curso de Música sob a direção das Irmãs Serva. Mas, d. Leduina não tem o prurido da originalidade. Ela manteve no cartaz o empreendimento que vinha da Diretoria transata. Foi ela quem organizou e levou a efeito a primeira Semana da Casa do Professor, certame instituído com autorização do dr. Lourenço Filho e que tantas fadigas lhe custou.

Nomeada depois disso — e com toda justiça — para o cargo de diretora de um dos novos grupos escolares da Capital, era para receiar que ela viesse a descurar algum tanto da Liga, que já tanto lhe devia. Seu grupo

funciona em três períodos. Ela poderia agora dizer com inteira razão: «Não posso mais, não tenho mais tempo!» sim, ela poderia repetir o estafado estribilho que nos azoia a cada passo: «Sou muito ocupada».

Não o fez contudo.

Encerrado o expediente no grupo da Saúde, ela vem infalivelmente para a séde da Liga, e ali permanece até o encerramento dos trabalhos.

Sua dedicação não encontra paralelo digno senão no de mons. Gastão Pinto, atual assistente da Liga.

Do relato que venho fazendo, meus senhores, ressalta que a existência da Liga do Professorado Católico é uma cadeia ininterrupta de dedicações, num tempo em que são tão raras as dedicações autênticas. Deante dêstes fatos, é perfeitamente explicável o carinho com que o nosso venerando Metropolita dispensou sempre à nossa Associação. Foi a pedido de s. exc. que eu pus os meus serviços à disposição de d. Leduína Ferreira, como já fizera nos tempos de d. Hilda Freire, sem ver nisso um «diminutio capitis».

É que o espetáculo de tanta abnegação me comove, me edifica, me retempera, fazendo-me olvidar as fadigas de anteriores empreendimentos.

E foi porisso, meus prezados companheiros da comissão pró-monumento a Caetano de Campos, foi por isso que, logo após a inauguração da herma da praça da República, aliás sem solicitação de quem quer que fosse, eu me pus a pleitear junto de vós, o donativo de 3:500\$000 em benefício da Casa do Professor.

Foi ainda em atenção a êsses rasgos de abnegação que, tendo a nossa comissão conseguido a devolução do depósito de dez contos de réis, destinado ao premio que quisemos instituir e não pudemos, eu solicitei mais ... 6.500\$000 a favor da mesma obra, empenhado a elevar a dez contos de réis a nossa contribuição total.

Desta vez, como da outra, a minha proposta foi acolhida por vós todos sem a mínima discrepância, mas, pelo contrário, com pleno assentimento, com o cavalheirismo que eu devia esperar da vossa amizade.

A vós, mais do que a mim, — pois era eu parte interessada — a vós é que cabe o principal mérito do donativo feito. E agora podeis bem compreender a insistência da Liga, reclamando a vossa presença neste recinto, no dia em que se abre a 2.<sup>a</sup> semana de propaganda da Casa do Professor. A Liga quis dar-vos uma prova pública e inequívoca do nosso reconhecimento coletivo e eu aceitei com júbilo o encargo de lhe servir de interprete.

Uma cousa apenas me contrista nesta hora: é que não esteja entre nós o nosso querido companheiro Fernando Bonilha Junior, probo, operoso, infatigável tesoureiro que foi da nossa extinta comissão.

Falecido há um ano, êle sobrevive na obra em que tão esforçadamente colaborou. Morto, vive ainda subjetivamente na nossa saudade e objetivamente no seio daquele Deus em quem nós cremos, do Deus remunerador que jamais deixa sem recompensa os bons.

E agora sofri que eu vos faça ainda um pedido, que eu vos dirija um novo apêlo. Vinde trabalhar conosco em prol da Casa do Professor, destinada aos inválidos da nossa classe; vinde trazer a essa obra o prestígio dos vossos nomes e a cooperação valiosíssima dos vossos esforços conjugados.

Dada a diversidade dos vossos pontos-de-vista, em matéria de religião, é possível que, para um ou outro de vós, seja matéria de escrúpulo ingressar na Liga, que é francamente católica e católica militante. Mas se a Liga é católica, a Casa do Professor não cogita de crédos religiosos: ela praticará a beneficência nos moldes do Evangelho, sem fazer acepção de pessoas: fará o bem sem olhar para quem.

Se não quereis, todos, cerrar fileiras em torno da Liga, não há um só que não possa trazer o seu apoio, emprestar a sua solidariedade à Casa do Professor.

Vou mais longe: êsse apoio constitue um dever indeclinável para nós outros, membros que fomos da extinta comissão pró-monumento a Caetano de Campos. A quem se destina a Casa do Professor? Aos membros inválidos da nossa classe, ninguém o ignora. Pois bem, foi exatamente essa classe que nos deu mão forte quando se tratava de erigir um monumento ao inolvidável patrono da velha Escola Normal da Capital.

Pensavamos fazer cousa modesta, para figurar apenas no recinto do edificio, ou no saguão da entrada.

Mas a generosidade dos nossos colegas foi tal, que obtivemos muito mais do que a cifra necessária. O êxito do nosso apêlo deixou a perder de vista tôdas as previsões, mesmo as mais otimistas. Contavamos com dez ou quando muito, com vinte contos e, entretanto, chegámos a sessenta. Com essa quantia nós pudemos não só inaugurar a herma, mas ainda promover os festejos do cincoentenário da Escola Normal, e publicar dous trabalhos históricos, encerrando oportuna documentação do que se fez em S. Paulo, em matéria de ensino público, nos dez lustres que vão de 1880 a 1930.

Mais ainda, com o saldo verificado pudemos distribuir donativos no valor de 20 contos a bom número de institutos beneficentes da nossa Capital. Os dous mais bem aquinhoados foram a Liga do Professorado Católico e o Centro do Professorado Paulista, porque são representantes da classe do professorado, cujo concurso tão decisivo fôra para o êxito do nosso empreendimento.

Dando à Liga e ao Centro mais da metade do saldo verificado, nós restituimos de certo modo ao professorado o que do professorado nos viera. Até aquí, entretanto não fizemos senão obra de stricta justiça. É preciso agora, a todo custo, que correspondamos à generosidade da classe oferecendo-lhe um amparo para a velhice. Inscrevei-vos, portanto, entre os contribuintes da Casa do Professor. Desse modo vireis um dia a figurar entre os beneméritos da Liga do Professorado Católico com o dr. José Carlos de Macedo Soares e as antigas presidentes da Associação..

O meu apêlo está feito. O resto fica à inspiração da vossa nobreza e magnanimidade.»

**Dia 17** — às 15 horas, excursão coletiva ao local da futura Casa do Professor. Houve alí uma concentração de escoteiros, que fizeram diversas evoluções. Depois dêsses exercícios, fizeram-se ouvir dous oradores — o professor Sizenando da Rocha Leite e o dr. Geraldo Ruffolo.

**Dia 18** — às 15 horas, na rua S. Bento, 74-A, inauguração do chá beneficente em pról da Casa do Professor.

**Dia 19** — às 20 horas, no salão nobre da Cúria Metropolitana — conferência sôbre a personalidade do padre José de Anchieta pelo revdmº. sr. Cônego Salim, do clero de Campinas. Por essa ocasião foi distribuída uma poliantéa publicada pela Liga do Professorado Católico em homenagem ao primeiro mestre Paulista.

**Dia 20** — Mesma hora e local — Conferência do dr. João Papaterra Limongi, presidente do Centro D. Vital, sôbre o tema — **A hora do professorado**. Houve a seguir um magnífico sarau musical.

**Dia 21** — Mesma hora e local — Conferência do dr. Geraldo Ruffolo, bacharel em filosofia, sôbre o tema: — **Sentença do intelectualismo ao historiador**. O orador foi apresentado pelo professor João Lourenço Rodrigues, que proferiu êste discurso:

«Aceito com prazer e desvanecimento o encargo de apresentar ao ilustre auditório a pessoa do dr. Geraldo Ruffolo. Recebido ultimamente como sócio efetivo da Liga do Professorado Católico, êle vem trazer ao nosso certame atual o concurso da sua inteligência e da sua cultura.

De sua inteligência e de sua cultura, digo bem, porque o dr. Ruffolo é, sem favor algum, um intelectual e um intelectual de mérito.

Bacharel pela nossa já antiga Faculdade de Filosofia e Letras, êle figurou entre os alunos do mons. Sentroul como uma espécie de **primus inter pares**. E sua vida post-escolar confirmou plenamente os prognósticos dos seus mestres. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, jornalista brilhante e destemeroso, contabilista provecto, êle tem deixado vestígios da sua competência em tôdas as esferas onde a sua atividade se tem exercido.

Mas o dr. Geraldo Ruffolo possui um outro predicado que o torna ainda mais credor da nossa simpatia. Sem ser pròpriamente um profissional do ensino, pois não passou pela Escola Normal, êle é contudo um entusiasta das cousas do ensino. E nesse domínio está longe de ser um hóspede, um méro **dilettante**: trabalhou nada menos de cinco anos no ginásio **Oswaldo Cruz**, como administrador e foi muitas vezes professor substituto em diversas cadeiras.

Proposto como sócio da Liga do Professorado Católico e aceito unânimemente, êle traz hoje, no próprio dia de sua recepção a afirmação solene dos seus intuitos: êle não quer ser aquí um puro elemento decorativo, mas um colaborador sincero, um agente dinâmico, um fator de progresso para a nossa Associação, ainda tão pouco conhecida. Ao saudá-lo cheio de esperanças em nome da diretoria da Liga, ao dar-lhe as boas-vindas em meu nome e em nome dos meus prezados consócios, eu poderia

dar por cumprido o meu mandato, sem retardar a audição da palavra que todos nós esperamos com simpatia e, mais do que isso, com ansiedade.

Eu devo contudo, por uma questão de coerência, fazer uma advertência preliminar que envolve uma ressalva indispensável. Como foi anunciado, a conferência inaugural do dr. Ruffolo está subordinada ao título — **Sentença do intelectualismo ao historiador.**

Sabemos já que o ilustre recipiendário, no desenvolvimento da sua tese fará a crítica da Escola Nova, quer em relação aos seus princípios básicos, quer sobretudo em face dos seus resultados práticos. Incluindo, como incluímos, esta conferência no programa do nosso certame, não queremos significar com isso que somos infensos à Escola Nova. Longe disso.

Pelo que me toca individualmente, posso mesmo declarar que fui dos primeiros a aplicar em S. Paulo os processos da nova orientação didática.

Poderá dar testemunho disso o prof. Armando Bayeux da Silva, inspetor técnico do Estado, o qual nos honra com a sua presença. Deu-se isso quando o prof. Armando Bayeux frequentava, no Amparo, a modesta escola de primeiras letras, onde iniciei a minha carreira de professor. Foi isto há quarenta anos e daí se colhe que a chamada Escola Nova não tem de novo senão o nome. Poderá alguém objetar — e houve já quem o fizesse — que nesse tempo não havia ainda Escola Nova.

Se isso não me obrigasse a uma digressão, eu desfaria agora mesmo o equívoco. Minha resposta fica apenas adiada, e o meu opositor nada perderá por esperar. Tudo isto que venho dizendo refere-se à minha pessoa, que aliás vinha pouco ao caso. Mas aqui na Liga não sou eu o único partidário da Escola Nova.

Não há quem não saiba, aqui na Capital, com quanta simpatia a nossa Associação acompanhou a atuação do dr. Lourenço Filho quando, passando pela Diretoria Geral do Ensino, se esforçava por introduzir na praxe escolar os processos escola-novistas.

Essa simpatia tão notória se tornou que o Diretor Geral não teve dúvida em escolher os salões da Liga para fazer a exposição dos trabalhos obtidos na Escola Modelo e no Jardim da Infância, sob a inspiração das novas correntes didáticas.

Alí tivemos ensejo de ouvir diversas professoras daqueles estabelecimentos e essas professoras fizeram demonstrações públicas que calaram fundo nos espíritos mais prevenidos contra a Escola Nova. Esses fatos são de ontem: eles ocorreram no correr da primeira semana de propaganda em prol da Casa do Professor, certame que mereceu franco apóio do então Diretor Geral.

O dr. Lourenço Filho deixou, meses depois, a Diretoria Geral, mas a Liga não renegou a sua obra que, não sendo isenta de defeitos, teve a recomendá-la uma nota de real hombridade, de indiscutível inteligência.

Sim, a Liga não voltou atrás; pelo contrário, ela instituiu aqui um curso de Pedagogia Escola-Novista, curso que perdura, ainda agora, confiado à competência técni-

ca do ilustre beneditino d. Xavier de Mátos, que se especializou em Pedagogia na pátria de Dewey.

Ora, meus senhores, se a Liga do Professorado Católico de S. Paulo procurou prestigiar o dr. Lourenço Filho e secundar-lhe os esforços quando era êle alta autoridade do ensino em S. Paulo, não seria agora que ela iria condenar-lhe a atuação.

Seria um gesto de pouca elegância moral, cousa a que felizmente não estamos aquí habituados.

Depois dêste relato, meus ilustres colegas, não tereis a menor dificuldade em compreender por que é que nós franqueamos a palavra ao dr. Geraldo Ruffolo, sabendo-o hostil à Escola-Nova. Iriamos contra o próprio espírito da Escola Nova se procedessemos de modo diverso.

E nisto não há uma méra questão de coerência, há ainda uma questão de utilidade. Vejámo-lo de relance. São freqüentes, hoje em dia, as críticas contra o ensino ministrado nas nossas escolas infantis, a começar pela escola-modêlo, que devêra ser o paradigma de tôdas êlas.

Não falta quem sustente estarmos atravessando uma época de decadência.

Real ou não, muitos há, e nem todos são leigos, que levam essa decadência à conta dos novos processos didáticos introduzidos na praxe escolar sem um trabalho prévio e indispensável de adaptação. Monsenhor Gastão Pinto, que é o assistente espiritual da Liga e porisso mesmo o seu mentor nato, entendeu que a Liga deveria, nesta emergência, dar uma prova pública das suas convicções.

Daí o seu empenho para que certas professoras que frequentam o curso de d. Xavier de Mátos, tomassem a palavra para produzir a defesa dos malsinados processos. Os desejos do nosso diretor são ordens para todos nós, mas desta vez não encontraram a costumada correspondência. E a razão é fácil de apreender.

A Escola Nova, tomada em conjunto, abarca matéria muito vasta, e daí a hesitação das nossas colegas: achavam dificuldade em escolher, precisar os pontos sôbre os quais se deveria produzir a defesa.

Pois bem: é neste sentido que a crítica do dr. Ruffolo vai ser de grande utilidade para nós. Nessa crítica êle terá de apontar, necessariamente, os pontos vulneráveis da Escola Nova, os seus pontos nervrálgicos, como está agora em moda dizer-se.

Êle formulará o seu libelo acusatório com a mais completa liberdade, articulando ponto por ponto o que lhe parecer errado. Mas depois dele terão a palavra os partidários da Escola Nova para lhe refutar as asserções; nós não abrimos espaço à acusação senão para que a defesa se produza completa, metódica, eficiente.

O dr. Ruffolo vai, pois, prestar-nos um grande serviço, orientando os debates mensais que teremos, daqui por diante na Liga do Professorado Católico, por iniciativa do nosso ilustre assistente, mons. Gastão Pinto.

Dr. Geraldo Ruffolo — eu vos saúdo em nome da Liga do Professorado Católico e por delegação da sua diretoria tenho a honra de vos dar a palavra.»

Logo a seguir foi exibido o filme histórico da bençã da primeira pedra da Casa do Professor. Esse filme foi tirado pelo Inspetor Escolar sr. Galaor Nazaré de Araújo, que o ofereceu à Liga do Professorado Católico.

Dia 22 — às 20 e meia horas, no pequeno teatro do Liceu do S. Coação de Jesus, por um grupo de amadores da Associação dos Ex-Alunos de D. Bosco, foi levado à cena o drama de alta escola **O regenerado**. Antes disso fez uso da palavra o conhecido advogado dr. Vicente Mellilo que discorreu com grande brilhantismo sobre a missão da Liga do Professorado Católico.

Não temos dados para afirmar se a 2.<sup>a</sup> semana da Casa do Professor foi de molde a compensar os esforços desenvolvidos pelos seus promotores. O que é fóra de dúvida é que ela lhes deparou ensejo para patentear mais uma vez a dedicação de todos os componentes da Liga em pról dêsse empreendimento, que tanto a nobilita e engrandece.

---

## PROFESSOR ORESTES GUIMARÃIS

### AS HOMENAGENS PRESTADAS À MEMÓRIA DO EDUCADOR PAULISTA EM FLORIANÓPOLIS

Seguiu, no dia 28 de outubro último, para Florianópolis, o professor Francisco Azzi, diretor geral do Ensino, afim de, em nome do governo do Estado, tomar parte nas homenagens prestadas pelo professorado e governo catarinense, à memória do saudoso mestre paulista professor Orestes Guimarães.

No dia 1.<sup>o</sup> de novembro realizou-se naquela capital a inauguração do mausoleu que o magistério daquele Estado mandou erigir no túmulo do professor Orestes Guimarães, no cemitério público de Itacorobí.

Ao ato que se revestiu da maior solenidade, estiveram presentes os srs. capitão Ernesto Nunes, representante do sr. interventor federal daquele Estado, drs. Plácido Olímpio de Oliveira, secretário do Interior e Justiça, dr. José da Costa Moellmann, secretário da Fazenda; almirante Durval Melquíades, prefeito municipal, prof. Francisco Azzi, diretor geral do Ensino do Estado de S. Paulo, prof. Sud Mennucci, representando o Centro do Professorado Paulista, professor Luiz Trindade, diretor da Instrução de Santa Catarina, tenente Sílvio Pinto da Luz, da guarnição federal do Estado; dr. Enrique Fontes, diretor da Faculdade de Direito de Santa Catarina; dr. Germano de Oliveira, pelo Instituto Politécnico, inumeras outras autoridades do ensino daquele Estado, além de comissões de alunos de diversos estabelecimentos de ensino da capital e de outros centros do Estado.

Durante a solenidade usaram da palavra as seguintes pessoas, em nome do professorado catarinense e da comissão encarregada da ereção do túmulo, o sr. professor Elordardo Cabral, diretor do grupo escolar Lauro Müller, em nome do governo do Estado de Santa Catarina, o professor Luiz Sanches Bezerra Trindade, diretor da Instrução Pública e, finalmente, o professor Francisco Azzi, diretor geral do Ensino, em nome do governo do Estado de São Paulo.

Foi a seguinte a oração pronunciada pelo dr. Francisco Azzi:

«A alta administração do Estado de São Paulo, chamada a participar das homenagens que o magistério catarinense tributa, hoje, à memória do preclaro professor paulista Orestes Guimarães — não só acolheu, pressurosa e desvanecida, a fidalga distinção do convite, senão também pos timbre em fazer-se representar, nesta solenidade singela, mas tocante, pelo obscuro professor que tem a honra de vos falar e que neste instante, posto que por circunstâncias meramente ocasionais, reúne, em sua pessoa, a um tempo, a qualidade de simples educador e a de chefe do professorado de sua terra.

Perdoai-me, meus queridos colegas de Santa Catarina, os assomos incontidos de cândida vaidade com que participo dêste ato do culto que votais à memória querida de um colega, filho do nosso Estado.

Se é certo que, por todos os recantos, ainda os mais remotos e perdidos, do corpo imenso dêste nosso amado Brasil, nos rumos de todos os quadrantes, chega sempre um sinal do dinamismo paulista, pelos produtos do seu trabalho ingente e incessante, como uma gota de sangue que o grande coração da nacionalidade, num ritmo infatigável e robusto, impulsiona até à extremidade de seus membros, mais afastados, não é menos certo que, por quasi todo, senão todo o nosso país, São Paulo, pela influência direta ou não, de seus professores primários, difundiu as normas do seu sistema de educação, que é talvez o menos contestado de todos os seus orgulhos.

Ao Norte, como ao Sul, de Leste a Oeste, raro é o Estado brasileiro a que um professor de São Paulo não haja levado a organização, os métodos e os processos do seu consagrado e já tradicional aparelhamento pedagógico.

O fato, que é de sobejo reconhecido, foi até comparado, bastas vezes, ao bandeirismo de outras éras.

Por onde os antigos bandeirantes semearam povoados, nos séculos da conquista, a assinalar-lhes as pègadas gigantescas, passou, em nossos tempos, o modesto professor de São Paulo a semear escolas, — ambos empenhados na mesma faina gloriosa e sobrehumana da posse efetiva da terra e da formação da consciência nacional.

De Orestes Guimarães, de suas lutas, de seus esforços e de suas vitórias, nesta terra acolhedora e linda, meiga e generosa, não me cabe falar-vos. Por mais de vinte anos viveu êle convosco, trabalhou por mais de vinte anos, entre vós, abrindo, organizando e dirigindo escolas, assistido e coadjuvado por sua digna esposa — a professora d. Cacilda Guimarães, também paulista, sua companheira, devotada de todos os dias e de tôdas as horas. Vós o conhecestes, vós o consagrastes. — Aquí viveu, labutou aquí longamente, e aquí desejou dormir para sempre, como quem se reclina sôbre o amorável regaço materno, o seu sono derradeiro.

O vosso nobre gesto de consagração de seus méritos, meus queridíssimos camaradas catarinenses, se enaltece a memória venerada do nosso conterrâneo, ao mesmo tempo vos eleva, como porventura outro ato algum, assim aos vossos próprios olhos como aos dos estranhos.

Possa êste mausoleu, que perpetua a lembrança de um mestre-escola bandeirante, em terras catarinenses, servir de penhor do sentimento, cada vez maior, de confraternidade que deve reinar entre os formadores das gerações brasileiras de amanhã, irmanados todos no mesmo ideal superior de criar e fortalecer a grande e verdadeira pátria comum.

Em nome do govêrno do Estado de São Paulo, não só me associo, meus dignos colegas de Santa Catarina, a estas homenagens que rendeis à memória de Orestes Guimarães, como também, e sobretudo, eu vo-las agradeço, com tôda a alma e de todo o coração.»

Encerrando a cerimônia, a professora d. Beatriz de Sousa Brito, diretora do grupo escolar Silveira de Sousa e secretária da comissão encarregada das homenagens, entregou à exma. viuva professora d. Cacilda Guimarães, o documento de aforamento perpétuo do terreno, no qual foi levantado o túmulo.

---

## ORFEÃO DO PROFESSORADO

### SUA INSTALAÇÃO

Realizou-se, no dia 22 de novembro último, no salão nobre da Diretoria Geral do Ensino, a instalação do Orfeão do Professorado, organizado pelo maestro Fabiano Lozano, chefe do Serviço de Música e Canto Coral.

Com a instalação, apenas uma parte desta nova atividade daquela diretoria é posta em prática, pois só a secção feminina do corpo coral de professores está em condições de iniciar o programa de cultura estética musical, traçado pelo Código de Educação.

Entretanto, o resultado apresentado exprime já um belo esforço, para o qual concorreram o idealismo de um grupo numeroso de professores e a competência do maestro Lozano, conhecido aliás pelos seus trabalhos em outros empreendimentos dessa natureza.

Revestiu-se a cerimônia da instalação de carater íntimo. A ela compareceram, além do dr. Francisco Azzi, diretor geral do Ensino, os chefes do serviço e delegados regionais do ensino.

O maestro Fabiano Lozano, antes de iniciar a audição coral, proferiu este discurso:

#### SENHORES:

Sendo músico e não orador, e mais ainda por temperamento, fujo de falar em público. Entretanto, como esta reunião é de carater íntimo, direi algumas palavras que lhe sirvam de modesto prelúdio.

Dentre os meus deveres, como chefe do Serviço de Música e Canto Coral, destaca-se o seguinte: «Realizar audições com o Orfeão do Professorado para tornar populares

as melhores composições corais, principalmente de cunho nacional». Encargo pesado, por certo, mas ao mesmo tempo cheio de satisfações espirituais.

Para sua realização, a lei dispõe: «Como complemento estético da educação musical nas escolas e para fins de educação cívica e artística, haverá na Diretoria Geral do Ensino o Orfeão do Professorado, com figuras selecionadas, por concurso, dentre os professores públicos primários da Capital.»

Todos os que estão ao par destas organizações, sabem perfeitamente que o canto orfeônico, pelo seu intrínseco valor estético, constitue uma das mais requintadas manifestações de arte, e conhece, também, as muitas dificuldades que é preciso vencer para sua boa execução.

No caso presente, graças a Deus, parece que tudo caminha para uma feliz realidade.

Chamo vossa atenção para a seguinte interessante particularidade: a lei criou o Orfeão sem conceder, aparentemente, nenhuma compensação aos seus componentes. Põe à prova, por assim dizer, a boa vontade e abnegação do professor!

Mas, felizmente, em o nosso magistério ainda há idealismo, ainda há desprendimento e, ao toque de chamada, aqui temos a resposta, concretizada neste punhado de distintas educadoras, congregadas em torno de um ideal elevado: o de cultivar, engrandecer e popularizar a boa música coral.

Felicitações, pois, às prezadas colegas e ao magistério que têm a felicidade de contá-las em seu seio.

O pessimista, e por tanto descrente, poderá perguntar: Irá adiante o Orfeão? Não será fogo-de-palha? E eu, otimista, pelo que já pude constatar, respondo: Vai, sim. Nosso trabalho vai adiante, pois é animado pelo entusiasmo que é fogo sagrado, que é fogo santo...

Senhores, terminando, tenho a honra e o prazer de apresentar-vos a secção feminina do Orfeão do Professorado, pronta para entrar, cheia de fé e entusiasmo, nas encantadoras regiões da arte.»

Prosseguindo, o maestro Lozano esclarece como encaminhára o seu trabalho, na parte burocrática, afim de que houvesse um registo perfeito quanto possível do esforço durante o período de funcionamento do Orfeão do Professorado. Feita esta explicação, a professora d. Virgínia Bruni, auxiliar do diretor do Grupo Escolar «Orestes Guimarães», número um das inscritas, prestou, em seu nome e por suas colegas orfeonistas, o seguinte compromisso:

«Pelo presente, comprometo-me, de livre e espontânea vontade, a fazer parte do Orfeão do Professorado e a contribuir com tudo o que estiver ao meu alcance para cultivar, engrandecer e popularizar a boa música coral.»

A seguir, o maestro Fabiano Lozano deu início ao primeiro número de música a três vozes «Saüdade», letra do prof. Pedro de Melo, música de S. C. Foster e arranjo de sua autoria. O segundo número consistiu no canto «Sabiá da Mata», letra de F. Haroldo e música de F. Lozano.

Ambos os números causaram muito boa impressão em todos os presentes, com especial menção o segundo, em que o corpo coral venceu maiores dificuldades de contraponto e sustentou o relêvo da solista.

Findo o programa de instalação, o dr. Francisco Azzi pronunciou algumas palavras em que traduziu a sua esperança de que aquela demonstração fosse o início seguro de maiores e perenes sucessos para o Orfeão do Professorado, salientando o contraste já aludido pelo maestro Lozano de não consignar a lei qualquer compensação aos componentes do corpo coral, e a concorrência que se verificára, conseguindo-se um número elevado dos que atenderam ao apêlo para a realização de tão útil iniciativa.

---

São consideradas fundadoras as sras. professoras dd.: Virgínia Bruni, Ana Sangiovanni, Helena Pinheiro Machado Tolosa, Lucídia de Carvalho, Isaura Olinta de Carvalho, Ester de Paula, Ricardina Pereira, Domitilla Marcondes Amaral, Henriqueta Marques Cardoso, Iva Guiomar Divani, Zilda da Silva França, Teresa Pinto Moreira, Silvia Martins da Silveira, Ana de Sampaio Freire, Adir Machado da Silva, Carmelita Camargo Leite, Genoveva Fanganielo, Angelina Grande, Maria Augusta de Siqueira, Jandira Carneiro Vilaça, Colombina Lucchesi, Julia Richerme, Lígia Azevedo Marques, Gipsi Loureiro de Almeida, Rosa Fortunata Paulilo, Mirtes Barbosa Bueno, Alda Sampaio, Benedita Fusaro, Irla Zelinda Ognibene, Maria do Glória Nogueira, Eulina Faria da Veiga, Adalgisa Ramos, Maria Conceição Galvão, Augusta Krischner, Maria Bratfisch Lastesbasse, Olga Ferraz da Costa Couto, Eugenie Cossermelli, Lucila de Melo, Maria da Penha Barros, Deolinda Vieira Escobar, Alda Beatriz de Moura, Maria José de Andrade, Guilhermina de Melo, Josefina Perna, Elvira de Almeida, Diva Barbosa Saraiva, Ursulina Assunção, Lisette de Arco e Flexa, Alice de Alcântara Marinho, Branca Sales Guerra, Cora Krahembul Camargo, Maria Vicencia Perreti, Zalina Campos, Maria Clara Sampaio Mota, Maria Santos Cruz, Maria Emilia Sete e Angelina de Queiroz Mélo.

---

## BIBLIOTECA "OSCAR GUILHERME"

No dia 19 de agosto último deu-se a inauguração da biblioteca «Oscar Guilherme», uma das muitas iniciativas do Grupo Escolar «João Köpke», nesta Capital, proficientemente dirigido pela professora d. Amélia de Araujo.

Representando o diretor geral do Ensino, compareceu à solenidade o dr. Genésio de Almeida Moura. Estiveram presentes, também, entre muitas outras pessoas, os srs. dr. Otoniel Mota e professores Luiz Galhanone e Armando Bayeux, chefes de serviço da Diretoria Geral do Ensino; Raul Fonseca e Luiz Pinto e Silva, delegado e inspetor do ensino; grande número de inspetores escolares e o corpo docente do Grupo «João Köpke».

O salão da biblioteca apresentava um lindo aspecto festivo, repleto de alunos, rodeados pelos seus professores e convidados.

Abrindo a solenidade, a diretora d. Amélia de Araújo pronunciou as seguintes palavras:

«Sr. representante do sr. diretor geral do Ensino. — Caros alunos. Minhas senhoras e meus senhores. — Abrindo hoje, oficialmente, de par em par, as portas da biblioteca infantil do grupo escolar «João Köpke», desta biblioteca



que já tem silenciosamente produzido muitos e consoladores resultados, quero, antes de mais nada, referir-me com um aprêço muito alto ao patrono da mesma, a vós, sr. professor Oscar Guilherme, que a ela vos dedicastes de corpo e alma, não só transformando um amontoado de livros em uma verdadeira biblioteca, como enriquecendo-a com exemplares novos, de fôrma a torná-la mais atraente pela variedade e quantidade de exemplares que contém. Tanto vale, sr. professor, o cabedal de uma longa experiência, quando colocada ao serviço de uma causa bela e nobre como esta. Por isso, é justo que o vosso nome permaneça nesta sala, a qual, na simplicidade de uma lápide, indica

que o velho professor paulista é sempre o mesmo, sempre o grande educador, que tem aberto, para o nosso ensino, o livro precioso de uma vida inteira dedicada às cousas da educação.

Quanto a vós, crianças, aquí tendes o melhor lugar para encherdes de sã preocupação as vossas horas de lazer, e onde o vosso espírito pôde descobrir muitas cousas belas e dignas de serem conhecidas. Não temais: a leitura, quando escolhida, é sempre útil e sempre consoladora. Mesmo que o aprendido não tenha aplicação imediata, não importa, porque o pensamento, acostumado a vaguear, guiado por mão segura, pelas regiões das idéias, é a verdadeira felicidade sôbre a terra. Lêde muito e meditai mais, para serdes livres, mesmo que as durezas da vida vos reduzam à escravidão material.

Seja, pois, de festa, para nós todos, êste dia em que se inaugura a nossa modesta biblioteca. Se nós, professores, conseguirmos que muitos dos nossos alunos a procurem assiduamente, de modo a fazer da leitura o hábito imperioso de cada instante, teremos conquistado uma vitória incomparável; se os alunos se apegarem, como queremos, a êstes livros, que são mais dêles que nossos, hão-de, pela vida afora, abençoar a sua infância escolar, e as mãos caridosas que lhe puseram à frente os textos que outra lhes povoaram a imaginação de sonhos e de esperança».

A seguir, como representante do diretor geral do Ensino, falou o dr. Genésio de Moura, que declarou inaugurada a biblioteca.

Fizeram-se ouvir ainda os professores Luiz Galhanone, chefe do Serviço de Bibliotecas e Museus, Mário de Oliveira Campos e, finalmente, o professor Oscar Guilherme, que produziu eloquente oração.

Em interessantes números de canto e música, fizeram-se ouvir, então, vários alunos do estabelecimento, tendo dous «Pioneiros Paulistas» contribuído para o brilho da festa, executando um número que alcançou sucesso.

Ofereceu livros à Biblioteca a Livraria Alves, tendo a «Revista Feminina» enviado o seu número de aniversário.

---

## LEGISLAÇÃO ESCOLAR

DECRETO N.º 6.197, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1933

Introduz modificações na carreira do magistério primário.

O Dr. ARMANDO DE SALES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere o decreto federal n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930,